

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	43.684.068	42.572.856	44.032.613	43.126.472
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(24.587.279)	(22.542.209)	(24.781.369)	(22.693.083)
Lucro bruto	19.096.789	20.030.647	19.251.244	20.433.389
(Despesas) Receitas operacionais	(12.044.567)	(13.550.185)	(12.165.135)	(13.851.726)
Despesas com comercialização	(11.582.804)	(11.848.661)	(11.594.117)	(11.871.555)
Despesas gerais e administrativas	(2.567.282)	(2.481.981)	(2.615.905)	(2.524.993)
Outras receitas operacionais	3.012.432	1.416.212	2.993.647	1.419.113
Outras despesas operacionais	(1.061.654)	(816.399)	(1.066.022)	(875.025)
Resultado de equivalência patrimonial	154.741	180.644	117.262	734
Lucro operacional	7.052.222	6.480.462	7.086.109	6.581.663
Receitas financeiras	1.289.764	1.330.552	1.310.533	1.351.530
Despesas financeiras	(2.422.484)	(1.908.100)	(2.437.113)	(1.924.959)
Lucro antes dos tributos	5.919.502	5.902.914	5.959.529	6.008.234
Imposto de renda e contribuição social	(8.f)	(1.329.862)	(1.132.387)	(269.828)
Lucro líquido do exercício	6.239.364	4.770.527	6.229.357	4.770.527
Atribuíveis a:				
Acionistas controladores	6.239.364	4.770.527	6.239.364	4.770.527
Acionistas não controladores	-	-	(10.007)	-
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	24.g	3,71	2,90	
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)	24.g	n.a.	2,77	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	58.937.429	55.879.700	59.336.501	56.456.547
Venda de mercadorias e serviços	56.639.248	55.512.048	57.051.223	56.149.185
Outras receitas	3.723.953	2.102.298	3.721.066	2.047.720
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	(1.425.772)	(1.734.646)	(1.436.288)	(1.740.358)
Insumos adquiridos de terceiros	(21.352.763)	(19.321.365)	(21.465.307)	(19.446.168)
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(14.526.775)	(12.036.230)	(14.633.243)	(12.146.950)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.107.486)	(7.709.032)	(8.113.768)	(7.721.300)
Perda/Recuperação de ativos	1.281.498	423.897	1.281.704	422.082
Valor adicionado bruto	37.584.666	36.558.335	37.871.194	37.010.379
Retenções	(12.027.287)	(11.221.242)	(12.038.331)	(11.227.498)
Depreciação e amortização	(12.027.287)	(11.221.242)	(12.038.331)	(11.227.498)
Valor adicionado líquido produzido	25.557.379	25.337.093	25.832.863	25.782.881
Valor adicionado recebido em transferência	1.444.505	1.511.196	1.427.795	1.352.264
Resultado de equivalência patrimonial	12	154.741	180.644	117.262
Receitas financeiras	1.289.764	1.330.552	1.310.533	1.351.530
Valor adicionado total a distribuir	27.001.884	26.848.289	27.260.658	27.135.145
Distribuição do valor adicionado	27.001.884	26.848.289	27.260.658	27.135.145
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.702.814	4.269.628	4.842.006	4.366.466
Remuneração direta	3.183.346	2.865.635	3.276.449	2.931.764
Benefícios	1.325.024	1.230.130	1.363.152	1.254.862
FGTS	194.444	173.863	202.405	179.840
Impostos, taxas e contribuições	12.500.066	14.651.251	12.615.589	14.818.861
Federal	3.262.137	4.737.023	3.363.593	4.888.805
Estadual	8.982.837	9.684.800	8.986.780	9.686.637
Municipal	255.092	229.428	265.216	243.419
Remuneração de capitais de terceiros	3.559.640	3.156.883	3.573.706	3.179.291
Juros	2.360.050	1.863.758	2.373.186	1.879.428
Aluguéis	1.199.590	1.293.125	1.200.520	1.299.863
Remuneração de capitais próprios	6.239.364	4.770.527	6.229.357	4.770.527
Juros sobre o capital próprio e dividendos	24.d	2.735.000	2.630.000	2.735.000
Dividendos	24.d	1.500.000	1.200.000	1.200.000
Lucros retidos	24.g	2.004.364	940.527	2.004.364
Participação de acionistas não controladores	24.h	-	-	(10.007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.239.364	4.770.527	6.229.357	4.770.527
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes	2.552	34.861	2.552	34.861
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos	24.e	5.664	(6.283)	5.664
Tributos	8.e	(1.926)	2.136	(1.926)
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	12	(1.186)	39.008	(1.186)
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes	259.634	204.790	262.615	204.785
Ganhos (perdas) não realizados em ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	24.e	(429)	440	(429)
Tributos	8.e	146	(150)	146
Ganhos atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	32	393.814	309.849	396.923
Tributos	8.e	(133.897)	(105.349)	(134.025)
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas, decorrentes de ganhos atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	12	2.984	(5)	-
Outros resultados abrangentes	265.170	239.646	265.167	239.646
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos	6.504.534	5.010.173	6.494.524	5.010.173
Atribuíveis a:				
Acionistas controladores	6.504.534	5.010.173	6.504.534	5.010.173
Acionistas não controladores	-	-	(10.010)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	5.919.502	5.902.914	5.959.529	6.008.234
Lucro antes dos tributos	5.919.502	5.902.914	5.959.529	6.008.234
Ajustes de:				
Depreciações e amortizações	26	12.027.287	11.221.242	12.038.331
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(5.056)	(5.056)	(6.538)
Variações monetárias de ativos e passivos		821.465	504.050	823.257
Baixas em operações com alienação de investimentos		(358.439)	-	(358.439)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(154.741)	(180.644)	(117.262)
Ganhos na baixa / alienação de ativos		(846.217)	(459.828)	(847.865)
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	26	1.425.772	1.734.646	1.436.288
Mudanças em provisões passivas		253.857	100.084	293.935
Baixas e reversões de perdas estimadas para a redução ao valor realizável dos estoques		37.000	4.762	38.441
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	31	68.141	87.144	70.148
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	20	1.061.654	680.644	1.066.022
Despesas de juros (empréstimos, financiamentos, arrendamentos, operações com derivativos e licenças 5G)		940.446	651.455	940.766
Outros		(28.073)	(48.289)	(28.900)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber		(1.366.129)	(1.173.156)	(1.404.934)
Estoques		(42.679)	(58.293)	(45.166)
Tributos a recuperar		(2.358.365)	1.688.829	(2.366.998)
Despesas antecipadas		(393.242)	(146.301)	(393.333)
Outros ativos		49.855	(12.666)	41.987
Pessoal, encargos e benefícios sociais		129.313	(18.182)	141.849
Fornecedores		1.016.007	261.174	1.046.087
Impostos, taxas e contribuições		1.708.361	45.940	1.715.965
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	20	(1.099.061)	(917.371)	(1.111.086)
Outros passivos		86.574	34.393	90.217
Caixa gerado nas operações	12.973.730	13.993.095	13.064.254	14.209.764
Juros pagos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e licenças 5G	21.f	(18.893.232)	(19.896.009)	(19.023.783)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(853.730)	(781.053)	(853.805)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.972.921	19.095.813	18.072.600	19.341.750
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível		(9.291.642)	(8.287.762)	(9.295.484)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		758.180	958.948	760.254
Pagamento por aporte de capital em controlada	12	(54.000)	(11.010)	-
Caixa recebido na venda de investimentos		244.139	116.411	244.139
Resgate líquido de depósitos judiciais		163.255	796.611	163.323
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	19.b	178.199	292.297	-
Resgate de aplicações dadas em garantias		-	13.575	-
Caixa e equivalentes de caixa por aquisição (alienação) de sociedades		(8.001.869)	(6.120.930)	(8.127.768)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.301.046)	(10.563.798)	(9.258.430)	(10.564.590)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e licenças 5G	21.f	(3.898.763)	(5.296.896)	(3.901.147)
Recebimento dos instrumentos financeiros derivativos		47.661	84.400	47.661
Pagamento dos instrumentos financeiros derivativos		(52.623)	(69.214)	(52.623)
Pagamento por aquisições de ações para tesouraria	24.b	(495.995)	(22.721)	(495.995)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	19.c	(4.901.326)	(5.259.367)	(4.901.326)
Recebimento de recursos para aumento de capital em controladas por outros acionistas		-	45.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9.301.046)	(10.563.798)	(9.258.430)	(10.564.590)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3	5.517.354	3.106.269	3.933.377
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	6.187.360	5.517.354	6.448.483
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	11.704.714	8.623.623	10.381.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucro			Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Incentivos fiscais						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	63.571.416	63.074	1.190.209	(87.820)	2.834.808	57.579	600.000	-	2.195.575	70.455.578	-	70.455.578
Dividendo adicional proposto do exercício de 2019	24.d	-	-	-	-	-	-	(2.195.575)	-	(2.195.575)	-	(2.195.575)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.d	-	-	-	-	-	-	99.788	-	99.788	-	99.788
Transferência de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	-	-	-	(18.766)	-	(18.766)	-	(18.766)
Recompra de ações preferenciais e ordinárias para manutenção em tesouraria	24.c	-	-	-	(22.689)	-	-	-	-	(22.689)	-	(22.689)
Pagamentos de direitos de resgate a acionistas na conversão de ações PN em ON	24.b	-	-	-	(32)	-	-	-	-	(32)	-	(32)
Transações de capital, decorrentes da aquisição e alienação da CyberCo Brasil	24.b	-	-	39.521	-	-	-	-	-	39.521	-	39.521
Reversão da reserva para expansão e modernização de 2019	24.c	-	-	-	-	-	(600.000)	600.000	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	24.e / 31.c.3	-	-	-	-	-	-	204.495	-	204.495	-	204.495

continuação



Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O objetivo do FIDC é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas quotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios elegíveis, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão, e (ii) ativos financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do fundo.

A aquisição dos direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros terá origem em operações de crédito realizadas eletronicamente por clientes da Companhia, no âmbito do programa Vivo Money, exclusivamente mediante plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia.

O FIDC iniciou suas operações em 14 de setembro de 2020, após a concessão do registro automático de que trata o artigo 8º da Instrução CVM nº 356/2001, emitindo 2.000 (duas mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R\$1.000,00 (mil reais).

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia realizou um novo aporte no FIDC no montante de R\$2.000, com a emissão de mais 2.000 (duas mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R\$1.000,00 (mil reais).

Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou novos aportes no FIDC no montante de R\$26.000, com a emissão de mais 26.000 (vinte e seis mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R\$1.000,00 (mil reais).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia detinha 30.000 (trinta mil) e 4.000 (quatro mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R\$1.000,00 (mil reais), respectivamente, as quais não terão parâmetro de remuneração definido e subordinam-se às quotas seniores e às quotas subordinadas mezanino, nessa ordem de prioridade, para efeito de amortização e resgate.

O FIDC é administrado e custodiado pela Brl Trust Distribuidor de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo - SP, credenciada pela CVM para o exercício de atividade de administração de carteira por meio do ato declaratório nº 11.784, de 30 de junho de 2011.

Aquisição do controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda.
Em 9 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda. ("CyberCo Brasil"), pelo montante de R\$10.000,00 (dez mil reais), por um patrimônio líquido de R\$500,00 (quinhentos reais), ("Operação").

A CyberCo Brasil era controlada pelo Terra Networks Brasil Ltda. ("Terra Networks"), subsidiária integral da Companhia e tem como principais atividades a exploração de soluções integradas, gestão, consultoria, *outsourcing*, e prestação de serviços relacionados à segurança da informação e da comunicação; prestação de serviços de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, consultoria, elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados às áreas de tecnologia da informação, segurança da informação e de inteligência; gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em informática, entre outros serviços.

Esta Operação envolveu sociedades sob controle comum, sendo contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("Predecessor Value Method"), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da Companhia e de sua controlada (Terra Networks).

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia efetuou um aporte de capital na CyberCo Brasil no montante de R\$7.000 em recursos financeiros (caixa).

Em 28 de novembro de 2020, como passo preliminar à implementação da Operação, foram transferidos à CyberCo Brasil pela Companhia certos ativos (R\$19.008 em bens dos ativos imobilizado e intangível), contratos e empregados, todos estritamente relacionados às atividades de *cybersecurity*.

Alienação do controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda.
Em reunião realizada em 1º de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda de Quotas, nos termos do qual a Companhia alienou a totalidade das quotas de que era titular, representativas da integralidade do capital social de sua controlada CyberCo Brasil, à Telefônica Cybersecurity Tech, S.L. ("TTech"), controlada indireta da Telefônica S.A., pelo valor total de R\$116.411, tendo gerado um ganho líquido de tributos de R\$39.521, contabilizado no patrimônio líquido, com base em laudo externo independente elaborado por empresa especializada ("Operação").

Esta Operação não esteve sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

Esta Operação envolveu sociedades sob controle comum e, por não terem sido atendidos determinados requisitos para que pudesse ser contabilizada com uma combinação de negócios previstos no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R), a diferença entre a contraprestação recebida em troca da participação societária alienada foi registrada no patrimônio líquido da Companhia.

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de novembro de 2020, a CyberCo Brasil deixou de ser controlada pela Companhia.

Operação Fibrasil
Em 2 de julho de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002 ("ICVM 358"), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, após a aprovação por seu Conselho de Administração em 2 de março de 2021 e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes, consumou os acordos com a Caisse de dépôt et placement du Québec ("CDPQ"), um grupo de investimentos, e com a Telefônica Infra, S.L.U. ("TEF Infra"), uma sociedade sediada na Espanha, 100% controlada pela Telefônica S.A., tendo portanto o mesmo acionista controlador da Companhia, para a construção, desenvolvimento e exploração de rede de fibra ótica neutra independente de atacado no mercado brasileiro por meio da Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("Fibrasil") (a "Operação").

Em decisão publicada no DOU em 6 de abril de 2021, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou sem restrições o contrato de *joint venture* entre Companhia, TEF Infra, CDPQ, via Fibrasil. Em 23 de abril de 2021, após o prazo cabível para interposição de recurso ou anulação, o CADE certificou o trânsito em julgado com a aprovação sem restrições da decisão da Superintendência-Geral do CADE de 6 de abril de 2021. Na análise do ato de concentração, a Superintendência-Geral do CADE não identificou preocupações concorrenciais nos mercados avaliados. Além disso, ficou demonstrado que a operação poderá ter efeitos pró-competitivos, na medida em que representa a desverticalização, em parte, entre a Companhia e a Fibrasil, com relação à operação de redes de fibra como infraestrutura para telecomunicações e serviços do atacado para outras operadoras de serviços de telecomunicações.

Como a TEF Infra faz parte do Grupo Telefônica (Espanha), esta Operação estava sujeita à aprovação da autoridade de defesa da concorrência da União Europeia, ocorrida em 22 de abril de 2021.

Em 7 de junho de 2021, a ANATEL concedeu a anuência prévia à implementação da Operação, com validade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contada a partir da publicação do Ato no DOU, ocorrida em 8 de junho de 2021, prorrogável, a pedido, uma única vez, por igual período, se mantidas as condições societárias.

A Fibrasil, que nasce como empresa líder no mercado de atacado de fibra no Brasil, com a mesma sua operação com, aproximadamente, 1,6 milhão de casas passadas em FTTH, e seu plano de negócios visa atingir cerca de 5,5 milhões de lares em 4 anos, com foco em cidades médias fora do Estado de São Paulo.

A Companhia, como cliente âncora da Fibrasil, acelerará a execução de sua estratégia de crescimento no mercado de fibra, expandindo sua cobertura nos atuais 16,3 milhões de casas com tecnologia FTTH para 24 milhões, ao final de 2024, potencializando o *cross selling* de serviços a seus clientes, maximizando o retorno sobre o capital investido e consolidando-se como operador líder convergente no país.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de julho de 2021:

A IFRS 10 e CPC 36 (R3) contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas quando ocorre perda de controle. Neste caso, a regra estabelece que a participação retida deve ser avaliada pelo seu valor justo (com base no preço da alienação realizada) e eventual diferença deve ser registrada no resultado (além da baixa da parcela alienada). O Grupo Telefônica adotou a aplicação das referidas normas para os registros da Operação em suas controladas (Companhia e TEF Infra).

A Fibrasil era controlada pela Companhia, que detinha 100 ações, representados por R\$100,00 (Cem Reais).

Efeitos no Patrimônio Líquido da Fibrasil

Eventos

Aporte de capital em bens na Fibrasil pela Companhia (1) 229.961

Resultado da Fibrasil em 02/07/21 (2) (1.789)

Patrimônio Líquido da Fibrasil em 02/07/21, antes do closing 228.172

Subscrição de capital à vista pelo CDPQ (3) 205.000

Valor presente do aumento de capital a integralizar pelo CDPQ (4) 264.540

Patrimônio Líquido da Fibrasil em 02/07/21 (closing) 697.712

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 12, 13 e 14).

(2) Resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Aporte de capital pelo CDPQ, com subscrição de 800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a renúncia do direito de subscrição pela Companhia e TEF Infra.

(4) Valor presente do aumento de capital a integralizar em até 12 meses ou do cumprimento de condições contratuais da Operação, o que ocorrer primeiro, com a renúncia do direito de subscrição pela Companhia e TEF Infra.

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos

Aporte de capital em bens na Fibrasil pela Companhia (1) 229.961

Resultado da Fibrasil em 02/07/21 (2) (1.789)

Investimento na Fibrasil em 02/07/21, antes das alienações 228.172

Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TEF Infra (3) (95.817)

Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a CDPQ (3) (38.327)

Investimento na Fibrasil em 02/07/21, após as alienações 94.028

Remensuração da variação da participação acionária (4) 80.400

Investimento na Fibrasil em 02/07/21 (closing) 174.428

Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na Fibrasil (5) 41.095

Investimento na Fibrasil em 02/07/21 (após closing) 215.523

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 12, 13 e 14).

(2) Equivalência patrimonial sobre o resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Baixos dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na Fibrasil, sendo: (i) R\$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e (ii) R\$38.327 referente à alienação de 200.000 ações para o CDPQ (nota 12).

(4) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da Fibrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos (nota 12).

(5) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle (nota 12).

Efeitos no resultado da Companhia

Eventos

Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra (1) 579.440

Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a CDPQ (1) 80.000

Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra (2) (95.817)

Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a CDPQ (2) (38.327)

Investimento na Fibrasil em 02/07/21, antes das alienações 94.028

Remensuração da variação da participação acionária (4) 80.400

Investimento na Fibrasil em 02/07/21 (closing) 174.428

Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na Fibrasil (5) 41.095

Investimento na Fibrasil em 02/07/21 (após closing) 215.523

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 12, 13 e 14).

(2) Equivalência patrimonial sobre o resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Baixos dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na Fibrasil, sendo: (i) R\$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e (ii) R\$38.327 referente à alienação de 200.000 ações para o CDPQ (nota 12).

(4) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da Fibrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos (nota 12).

(5) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle (nota 12).

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos

Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra (1) 579.440

Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a CDPQ (1) 80.000

Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra (2) (95.817)

Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a CDPQ (2) (38.327)

Investimento na Fibrasil em 02/07/21, antes das alienações 94.028

Remensuração da variação da participação acionária (4) 80.400

Investimento na Fibrasil em 02/07/21 (closing) 174.428

Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na Fibrasil (5) 41.095

Investimento na Fibrasil em 02/07/21 (após closing) 215.523

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 12, 13 e 14).

(2) Equivalência patrimonial sobre o resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Baixos dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na Fibrasil, sendo: (i) R\$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e (ii) R\$38.327 referente à alienação de 200.000 ações para o CDPQ (nota 12).

(4) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da Fibrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos (nota 12).

(5) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle (nota 12).

(6) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social correntes apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos à vista).

(7) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos a prazo), da baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos e do valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ.

O fechamento da Operação resultou em um impacto operacional positivo para a Companhia de R\$416.577 (nota 27) e um resultado positivo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$356.283.

Com a conclusão da Operação em 2 de julho de 2021, o controle acionário da Fibrasil passou a ser de controle conjunto entre o Grupo CDPQ com 50% e a Telefônica 50% (25% para a Companhia e 25% para a TEF Infra).

Alienação de participação acionária na Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil ("CloudCo Brasil")
A Companhia, na forma e para os fins da ICVM 358, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Reunião realizada em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, na mesma data, do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil"), para a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&T"), controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação").

A Operação permitirá que a Companhia, em parceria com a TC&T, desenvolva uma empresa brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, a CloudCo Brasil, visando alavancar posicionamento em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios.

A Operação assegura, ainda, que a Companhia continue liderando o relacionamento com os clientes finais, na medida em que inclui a celebração de um contrato de intermediação comercial, por meio do qual a Companhia atuará como canal de vendas exclusivo da CloudCo Brasil.

Esta Operação não está sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 e do CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A CloudCo Brasil era controlada pela Companhia, que detinha 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representadas por R\$100,00 (Cem Reais).

Efeitos no Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil

Eventos

Aporte de capital em recursos pela Companhia (1) 28.000

Resultado da CloudCo Brasil em 02/08/21 (2) (5.523)

Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil em 02/08/21, antes do closing 22.477

Subscrição de capital pela TC&T (3) 76.000

Ajuste ao valor presente do aumento de capital a integralizar pelo TC&T (4) (3.109)

Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil em 02/08/21, após o closing 95.368

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias (nota 12).

(2) Resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Subscrição de capital realizado pela TC&T com recursos, com a emissão de 190.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da CloudCo Brasil por um preço de emissão total de R\$76.000, sendo R\$25.000 integralizado no *closing* e R\$51.000 em parcelas até janeiro de 2023.

(4) Ajuste ao valor presente do aumento de capital a integralizar pela TC&T.

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos

Aporte de capital em recursos pela Companhia (1) 28.000

Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&T (2) (5.683)

Resultado da CloudCo Brasil em 02/08/21 (2) (5.523)

Remensuração da variação da participação acionária (3) 30.900

Investimento na CloudCo Brasil em 02/08/21, após o closing 47.694

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias (nota 12).

(2) Baixos do custo contábil do investimento detido pela Companhia na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (notas 12 e 24.b).

(3) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&T na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (notas 12 e 24.b).

Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos

Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TC&T (1) 19.260

Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&T (2) (5.683)

Imposto de renda de contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TC&T (4) (4.616)

Remensuração da variação da participação acionária (3) 30.900

Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (4) (12.871)

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia 4.377

Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o closing (nota 24.b) 31.367

(1) Refere-se à alienação de participação acionária da Companhia na CloudCo Brasil, referente a 64.949 ações ordinárias, recebida à vista na data do *closing* (nota 12).

(2) Refere-se à baixa do custo contábil do investimento detidos pela Companhia na CloudCo Brasil (nota 12).

(3) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&T na CloudCo Brasil (nota 12).

(4) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).

Conclusão da Operação, a partir de 2 de agosto de 2021, a CloudCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TC&T). Desta forma, a relação entre a Companhia e a TC&T no âmbito da CloudCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

Alienação de participação acionária na Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")
A Companhia, na forma e para os fins da Resolução CVM nº 44/2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião realizada em 1º de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, na mesma data, do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil") para a Telefônica IoT & Big Data Tech, S.A. ("Ti&BDT"), controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação").

A Operação permitirá que a Companhia, em parceria com a Ti&BDT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada a serviços e soluções de *IoT* e *Big Data* para B2B, visando alavancar seu posicionamento com soluções e plataformas globais e capturar oportunidade de crescimento desses negócios.

A Operação assegura, ainda, que a Companhia continue liderando o relacionamento com os clientes finais, na medida em que inclui a celebração de um contrato de intermediação comercial, por meio do qual a Companhia atuará como canal de vendas exclusivo da IoTCo Brasil.

A Operação não está sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas de órgãos internos da Companhia e não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 1º de novembro de 2021:

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 e do CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A IoTCo Brasil era controlada pela Companhia, que detinha 500.200 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representadas por R\$100,00 (Cem Reais).

Efeitos no Patrimônio Líquido da IoTCo Brasil

Eventos

continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, sujeitos a um significante risco de mudança de valor, não enquadrados como caixa e equivalentes de caixa.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Fundo de investimentos - FDIC (1)	30.109	-	30.109	-
Garantia a processos judiciais (2)	37.044	46.051	37.238	46.280
Total	67.153	46.051	67.347	46.280
Circulante	30.109	-	30.109	-
Não circulante	37.044	46.051	37.238	46.280

(1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em cotas seniores do FOR-TE Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(2) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (nota 20).

5. CONTAS A RECEBER

a) Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Vivo TECH") e direitos creditórios do FIDC Vivo Money. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e suas controladas acreditem que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Valores faturados	7.609.896	7.616.696	7.647.516	7.611.858
Valores a faturar (1)	2.274.911	2.169.198	2.304.402	2.191.331
Valores de interconexão (2)	697.462	724.633	698.361	724.630
FIDC Vivo Money	-	-	25.071	1.975
Valores com partes relacionadas (nota 29)	94.133	93.630	67.137	105.349
Contas a receber, bruto	10.676.402	10.604.157	10.742.487	10.635.143
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.141.423)	(2.049.475)	(2.171.336)	(2.072.578)
Contas a receber, líquido	8.534.979	8.554.682	8.571.151	8.562.565
Circulante	8.064.097	8.174.784	8.100.269	8.182.667
Não circulante	470.882	379.898	470.882	379.898

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.

(2) Refere-se a valores faturados de outras operadoras de telecomunicações (Nota 32(f)6).

Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

	Controladora / Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Parcela da revenda de mercadorias B2B - 24 meses	258.751	159.075
Parcela a receber do Grupo OI - Recuperação judicial	29.527	59.813
Produto Vivo TECH (1)	415.653	348.085
Valor nominal a receber	703.931	566.974
Receita financeira não realizada	(62.464)	(34.504)
Valor presente a receber	641.467	532.470
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(170.585)	(152.572)
Valor líquido a receber	470.882	379.898

(1) O cronograma de vencimento é de até cinco anos para os montantes relacionados ao produto Vivo TECH.

Não havia cliente que representasse mais de 10% do contas a receber líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
A vencer (1)	7.011.357	6.763.482	7.133.696	6.798.420
Vencidas - 1 a 30 dias	856.384	872.050	827.709	870.551
Vencidas - 31 a 60 dias	255.158	227.406	259.641	228.074
Vencidas - 61 a 90 dias	89.594	139.476	88.219	142.788
Vencidas - 91 a 120 dias	112.983	157.024	117.612	157.105
Vencidas - mais de 120 dias	209.503	395.244	144.274	365.627
Total	8.534.979	8.554.682	8.571.151	8.562.565

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.

d) Movimentação dos ativos contratuais

	Controladora e Consolidado		
	Ativo contratual bruto	Provisão para perdas	Ativo contratual líquido
Saldos em 31.12.19	269.508	(46.194)	223.314
Ingressos	444.284	-	444.284
Baixas	(510.215)	11.300	(498.915)
Saldos em 31.12.20	203.577	(34.894)	168.683
Ingressos	417.765	-	417.765
Baixas	(442.741)	3.403	(439.338)
Saldos em 31.12.21	178.601	(31.491)	147.110

e) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Saldo em 31.12.19	575.059	584.062	583.165	590.706
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26)	-	-	-	-
Baixas	65.282	35.939	67.278	37.156
Saldo em 31.12.20	640.341	620.001	650.443	627.862
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26)	678.494	654.899	688.806	662.971
Baixas	(465.980)	(28.063)	(48.931)	(29.871)
Saldo em 31.12.21	852.855	646.837	700.318	660.062

6. ESTOQUES

a) Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, são reconhecidos no resultado e foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 26).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Materiais para revenda	575.059	584.062	583.165	590.706
Materiais para consumo	65.282	35.939	67.278	37.156
Outros estoques	38.153	34.898	38.363	35.109
Estoques, bruto	678.494	654.899	688.806	662.971
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(465.980)	(28.063)	(48.931)	(29.871)
Estoques, líquido	212.514	626.836	639.875	633.100

7. DESPESAS ANTECIPADAS

a) Política contábil

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

Inclui os montantes dos custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (comissões de vendas).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Custos incrementais (contratos com clientes)	766.730	480.909	766.730	480.909
Propaganda e publicidade	215.508	275.083	215.508	275.083
Aluguéis	43.465	61.559	43.465	61.559
Manutenção de software e redes	145.234	79.524	145.568	80.151
Encargos financeiros	18.251	22.175	18.251	22.175
Pessoal	70.173	-	71.038	-
Seguros	14.708	15.383	14.772	15.503
Satélites e links	148.113	102.851	148.113	102.851
Outras despesas antecipadas	24.867	15.241	25.248	16.046
Total	1.447.049	1.052.725	1.448.693	1.054.277
Circulante	1.004.786	858.257	1.006.425	859.766
Não circulante	442.263	194.468	442.268	194.511

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contábil

a.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

a.2) Tributos diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo não dedutível ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de interpretação divergente por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Imposto de renda	341.078	479.886	344.856	483.452
Contribuição social	38.364	34.696	40.222	35.825
Total	379.442	514.582	385.078	519.277
Circulante	376.750	514.582	382.386	519.277
Não circulante	2.692	-	2.692	-

d) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Imposto de renda	74.077	72.982	75.980	74.190
Contribuição social	23.591	23.270	24.756	23.755
Total	97.668	96.252	100.736	97.945
Circulante	-	-	3.068	1.693
Não circulante	97.668	96.252	97.668	96.252

Os montantes não circulantes de R\$97.668 e R\$96.252, registrados na controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, referem-se aos tributos enquadrados na IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda (nota 8.g).

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir, apresentamos os principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos.

	Controladora		Consolidado	
	Saldos em Demonstração 31.12.19 dos resultados	Resultados de Abrangentes	Saldos em Demonstração 31.12.20 dos resultados	Resultados de Abrangentes
Ativo (passivo) diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.368.597	14.373	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(4.515.050)	(1.158.319)	(103.363)	(20.778)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.651.306	102.166	-	-
Fornecedores e outras provisões	517.511	262.218	-	-
Carteira de clientes e marcas	98.078	(132.249)	-	-
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	473.409	114.300	-	-
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	182.999	(9.343)	-	-
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	387.291	38.614	(105.349)	-
Participação nos resultados	119.159	13.918	-	-
Licença	(2.069.544)	(216.330)	-	-
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(5.603.708)	(1.002.768)	-	-
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(288.451)	(453.073)	-	-
Lei da Inovação tecnológica	(24.565)	5.844	-	-
Sobre outras diferenças temporárias	41.465	118.384	1.986	(20.778)
Total do (Passivo) líquido, não circulante	(3.146.453)	(1.143.946)	(103.363)	(20.778)
Ativo fiscal diferido	5.			

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Depósitos judiciais				
Tributário	1.348.778	1.303.809	1.505.103	1.453.939
Cível	833.894	949.204	836.043	951.905
Trabalhista	175.136	235.757	180.443	241.455
Regulatório	283.933	266.647	283.933	266.647
Total	2.641.741	2.755.417	2.805.522	2.913.946
Bloqueios judiciais				
Total	24.556	29.205	25.656	30.432
Total	2.666.297	2.784.622	2.831.178	2.944.378
Circulante	105.876	176.242	106.963	177.433
Não circulante	2.560.421	2.608.380	2.724.215	2.766.945

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Tributos	535.118	525.563
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST") (1)		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") (2)	358.916	331.086
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE") (3)	294.724	289.924
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	76.832	58.300
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	54.072	92.849
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	47.713	46.830
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	44.889	33.540
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	20.837	18.880
Outros impostos, taxas e contribuições	72.002	56.967
Total	1.505.103	1.453.939

(1) A Companhia e/ou controladas ingressaram com mandato de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas e receitas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000. Os valores relativos às despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada estão depositados.

(2) A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS em operações com recolhimento por estimativa; (ii) ICMS FIECP; (iii) direito ao crédito de ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e de energia elétrica; (iv) ICMS sobre valores dados a título de descontos e (v) consignação em pagamento dos valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura.

(3) A Companhia possui discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc.

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Créditos com partes relacionadas (nota 29) (1)	551.257	70.833	666.288	72.835
Alienação de imóveis e outros valores a receber	230.486	209.908	230.486	209.908
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 31.c) (2)	95.107	165.009	95.151	165.062
Adiantamentos a empregados e fornecedores	72.578	114.809	79.850	117.033
Bônus de subscrição (nota 1.c)	60.192	-	60.192	-
Outros valores a realizar	30.719	27.684	31.050	27.765
Total	1.040.339	588.243	1.163.017	592.603
Circulante	530.425	404.243	623.088	408.349
Não circulante	509.914	184.000	539.929	184.254

(1) Em 31 de dezembro de 2021 inclui o montante de R\$559.499 decorrente das operações descritas na nota 1.c), sendo: (i) R\$446.317 a receber pela Companhia da TEF Infra, em até 3 anos; (ii) R\$49.286 a receber pela CloudCo Brasil da T&C&T em até 18 meses; e (iii) R\$63.896 a receber pela IoTCo Brasil da TIBDUT em até 3 anos.

(2) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, inclui os montantes de R\$90.538 e R\$158.959, respectivamente, referente à distribuição do superávit do PBS-A.

12. INVESTIMENTOS

a) Política contábil

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações patrimoniais após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações patrimoniais ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável com a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento reconhecido e resultados da venda.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 24.e).

b) Informações das investidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto, conforme segue:

Investidas	Participação	
	31.12.21	31.12.20
Terra Networks Brasil Ltda ("Terra Networks")	100,00%	100,00%
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLo")	100,00%	99,99%
POP Internet Ltda ("POP")	100,00%	99,99%
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money")	100,00%	100,00%
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil")	50,01%	-
Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")	50,01%	-
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	50,00%	50,00%
Companhia AIX de Participações ("AIX")	50,00%	50,00%
Companhia ACT de Participações ("ACT")	50,00%	50,00%
FIBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FIBrasil")	25,00%	-

Terra Networks: Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades o desenvolvimento, produção, instalação e manutenção de sistemas de informática; consultoria, assistência operacional, treinamento em informática; comercialização de produtos, sistemas de informática, licença de software e aplicativos; importação e exportação de serviços, licenças, produtos e de sistemas de informática; cessão de espaço para inserção de publicidade ou material publicitário em geral; provimento de acesso via internet; serviços e atividades relativos à distribuição de produtos e comércio eletrônico; comercialização, distribuição, licenciamento de conteúdos digitais; desenvolvimento e disponibilização de portais e páginas de conteúdo na internet; entre outras.

A Terra Networks é a controladora integral e direta da Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda. ("TIS"), sociedade com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração e fornecimento de serviços e atividades de segurança, telecomunicações e outros serviços relacionados à infraestrutura, tecnologia e informação, entre outras.

TGLo: Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades a prestação de serviços na atividade de transporte multimodal de produtos em geral; atividades de logística; administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional; locação de equipamentos e armazenamento de mercadorias de terceiros; entre outras.

POP: Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, internet e quaisquer outras redes; prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de websites e portais; manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; comércio de software, hardware, entre outras.

A POP é a controladora direta da Recicla V Comércio e Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda. ("Recicla V", anteriormente Innobew Ltda), com sede no Brasil, tendo como principais atividades a compra e venda de sucata de materiais de cobre, alumínio, chumbo, ferro e outros materiais; a venda de cobre puro (produzido a partir de processos industriais que segreguem o cobre dos demais materiais que compõe a sucata de cabos e/ou fios telefônicos); a compra e venda de materiais novos de cabos metálicos e óticos, miscelânea de instalação de equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos, entre outras.

Vivo Money: Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil. É um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC") estruturado pela Companhia, para a aquisição dos direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros com origem em operações de crédito realizadas eletronicamente por clientes da Companhia, no âmbito do programa Vivo Money, exclusivamente mediante plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia.

CloudCo Brasil: Controlada direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, planejamento, gestão, consultoria, outsourcing, gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em equipamentos de rede, informática e tecnologia da informação e comunicação ("TIC"), entre outras.

IoTCo Brasil: Controlada direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, gestão, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, consultoria, elaboração de projetos, outsourcing e prestação de serviços relacionados à internet das coisas, TIC, inovação e Big Data, Inteligência Artificial e Blockchain; a exploração de serviços de marketing e publicidade e consultoria; gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, instalação, configuração, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em informática; importação, exportação e locação de máquinas, equipamentos, materiais e demais bens e serviços necessários ou úteis à exploração das suas atividades; desenvolvimento, licenciamento e sublicenciamento de softwares ou aplicativos de qualquer natureza (próprios ou de terceiros); prestação de serviços de monitoramento, administração e gerenciamento de segurança lógica, entre outras.

Aliança: Empresa com controle conjunto, com sede em Amsterdã (Holanda), com participação de 50% da Companhia, tendo como principal atividade a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle conjunto, com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tendo como principal atividade a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle conjunto, com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tendo como principal atividade a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

FIBrasil: Empresa com controle conjunto, com sede no Brasil, com participação de 25% da Companhia, tendo como principal atividade a exploração de serviços de telecomunicações abrangendo a disponibilização de infraestrutura de rede neutra de fibra óptica no atacado; importação, exportação, comercialização, comodato e locação de máquinas, equipamentos, materiais e demais bens e serviços necessários ou úteis à exploração das atividades desenvolvidas; prestação de serviços de consultoria relacionadas às atividades desenvolvidas; prestação de serviços de elaboração, implantação e instalação de projetos; gestão e prestação de serviços de engenharia e execução de obras de construção civil e correlatas, necessárias para a execução de projetos, entre outras.

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas diretas nas quais a Companhia possui participação.

	Controladas					Controle conjunto				
	Terra Networks Consolidada	TGLo	Vivo Money	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	POP Consolidada	FIBrasil	ACT	AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	100,00%	50,01%	50,01%	100,00%	25,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	208.515	44.790	32.908	136.709	58.336	70.852	834.779	46	38.746	274.362
Ativo não circulante	238.597	9.749	-	8.871	31.222	54.149	709.588	-	7.840	-
Total do ativo	447.112	54.539	32.908	145.580	89.558	125.001	1.544.367	46	46.586	274.362
Passivo circulante	175.823	32.557	135	65.504	8.373	3.682	195.460	8	7.443	41.362
Passivo não circulante	115.769	8.411	-	3.231	-	51.497	674.929	-	20.429	-
Patrimônio líquido	155.520	13.571	32.773	76.845	81.185	69.822	673.978	38	18.714	273.952
Total do passivo e patrimônio líquido	447.112	54.539	32.908	145.580	89.558	125.001	1.544.367	46	46.586	274.362

	Controladas					Controle conjunto				
	Terra Networks Consolidada	TGLo	Vivo Money	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	POP Consolidada	FIBrasil	ACT	AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	322.248	29.453	4.067	68.753	33	31.263	270.222			
Ativo não circulante	256.440	9.196	-	55.500	-	10.426	-			
Total do ativo	578.688	38.649	4.067	124.253	33	41.689	270.222			
Passivo circulante	211.936	17.396	35	7.970	5	6.272	267			
Passivo não circulante	116.135	9.560	-	48.506	-	18.090	-			
Patrimônio líquido	250.617	11.693	4.032	67.777	28	17.327	269.955			
Total do passivo e patrimônio líquido	578.688	38.649	4.067	124.253	33	41.689	270.222			

	Controladas					Controle conjunto				
	Terra Networks Consolidada	TGLo	Vivo Money	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	POP Consolidada	FIBrasil	ACT	AIX	Aliança
Receita operacional líquida	355.345	87.701	-	44.940	2.546	10.381	-	55.385	104	55.872
Custos e receitas (despesas) operacionais	(266.241)	(85.840)	2.637	(67.126)	(5.341)	(4.927)	(2.710)	(90.193)	(92)	(53.881)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	526	(693)	104	1.995	1.509	2.798	-	(9.118)	-	146
Imposto de renda e contribuição social	(40.046)	(737)	-	(3.848)	(117)	(6.207)	921	11.462	(2)	(750)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.584	431	2.741	(24.039)	(1.503)	2.045	(1.789)	(32.464)	10	1.387

	Controladas					Controle conjunto				
	Terra Networks Consolidada	TGLo	Vivo Money	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	POP Consolidada	FIBrasil	ACT	AIX	Aliança
Receita operacional líquida	355.345	87.701	-	44.940	2.546	10.381	-	55.385	104	55.872
Custos e receitas (despesas) operacionais	(266.241)	(85.840)	2.637	(67.126)	(5.341)	(4.927)	(2.710)	(90.193)	(92)	(53.881)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	526	(693)	104	1.995	1.509	2.798	-	(9.118)	-	146
Imposto de renda e contribuição social	(40.046)	(737)	-	(3.848)	(117)	(6.207)	921	11.462	(2)	(750)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.584	431	2.741	(24.039)	(1.503)	2.045	(1.789)	(32.464)	10	1.387

	Controladas					Controle conjunto				
	Terra Networks Consolidada	TGLo	Vivo Money	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	POP Consolidada	FIBrasil	ACT	AIX	Aliança
Receita operacional líquida	355.345	87.701	-	44.940	2.546	10.381	-	55.385	104	55.872
Custos e receitas (despesas) operacionais	(266.241)	(85.840)	2.637	(67.126)	(5.341)	(4.927)	(2.710)	(90.193)	(92)	(53.881)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	526	(693)	104	1.995	1.509	2.798	-	(9.118)	-	146
Imposto de renda e contribuição social	(40.046)	(737)	-	(3.848)	(117)	(6.207)	921	11.462	(2)	(750)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.584	431	2.741	(24.039)	(1.503)	2.045	(1.789)	(32.464)	10	1.387

	Control				
--	---------	--	--	--	--

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.c).

	Equipamentos de comutação e transmissão 5,00% a 42,90%	Infraestrutura 3,50% a 66,67%	Outros ativos 20,00% a 38,00%	Total
Taxa anual de depreciação				
Saldos e movimentações:				
Saldo em 31.12.19	346.306	8.401.685	3.220	8.751.211
Adições	55.904	4.394.809	10.564	4.461.277
Subarrendamento (nota 13.c)	-	(2.115)	-	(2.115)
Depreciação	(43.699)	(2.178.537)	(3.403)	(2.225.639)
Baixa líquida	-	(4.902)	-	(4.902)
Cancelamentos de contratos	(420)	(288.603)	-	(289.023)
Saldo em 31.12.20	358.091	10.322.337	10.381	10.690.809
Adições	410.169	2.702.635	590	3.113.394
Subarrendamento (nota 13.c)	-	(64.177)	-	(64.177)
Depreciação	(482.455)	(2.254.000)	(656)	(2.737.111)
Cancelamentos de contratos	(4.893)	(250.237)	-	(250.130)
Saldo em 31.12.21	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785
Em 31.12.20				
Custo	515.318	14.423.538	127.509	15.066.365
Depreciação acumulada	(157.227)	(4.101.201)	(117.128)	(4.375.556)
Total	358.091	10.322.337	10.381	10.690.809
Em 31.12.21				
Custo	336.080	17.331.955	128.099	17.796.134
Depreciação acumulada	(55.168)	(6.870.397)	(117.784)	(7.043.349)
Total	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785

f) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2021, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$78.631 (R\$85.172 em 31 de dezembro de 2020).

g) Equilíbrio da Concessão

O modelo de concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou uma verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era caro, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos. Durante esse período, os contratos de concessão sofreram abalos em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutem até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente.

Frente a este cenário e com o fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural querer um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Nesse sentido, esgotamos as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comércio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/1996, bem como da própria Lei Geral de Telecomunicações. Nesta arbitragem buscamos, além de outras questões, o reconhecimento de eventos ocorridos ao longo do contrato de concessão que precisam ser reequilibrados a nosso favor. A arbitragem é considerada a melhor opção técnica e economicamente adequada para a resolução de conflitos complexos. A expectativa é que deste modo as controvérsias relacionadas ao tema da concessão sejam solucionadas de forma técnica, viabilizando o encerramento seguro das atuais concessões do serviço telefônico fixo. Neste momento, não é praticável fazermos o prognóstico do resultado deste processo arbitral.

h) Adaptação do Modelo

Em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decorrente da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC da área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação. De acordo com a referida Lei, a ANATEL ficará encarregada de estimar, por meio de regulamentação específica, o valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, valor este que será convertido em projetos de investimento ainda não definidos pela ANATEL, quando então, a depender das condições de tais projetos, a Concessionária optará ou não pela adaptação de regime.

i) Bens reversíveis

O contrato de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado da Companhia prevê que os bens indispensáveis à prestação de tal serviço na área de concessão, tais como, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação devem ser considerados como bens reversíveis.

Em 12 de abril de 2021, foi publicada no DOU a Resolução 744, aprovada pelo Ministério das Telecomunicações e pelo Conselho Diretor da Anatel no dia 4 de abril de 2021, que trata do Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral em Regime Público ("RCOM").

O referido regulamento, que entrou em vigência em 3 de maio de 2021, ao discorrer sobre a forma como a continuidade dos serviços STFC sob o regime de concessão deve ser garantida, estabeleceu que, quando do término do contrato de concessão do STFC da Companhia, os bens pertencentes ao seu patrimônio e que sejam utilizados para a prestação de múltiplos serviços, dentre os quais o STFC em regime público, serão objeto de contrato de cessão de direito de uso, em condições econômicas justas e razoáveis, entre a Companhia e o novo Concessionário ou a União, caso estes queiram fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

De outro lado, aqueles bens que, além de essenciais, sejam efetivamente e exclusivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público terão a sua posse revertida ao Poder Público mediante indenização conforme termos do RCOM, caso tal serviço continue a ser prestado, quer pela União, quer por novo Concessionário, ainda em regime público. Refira-se que os bens de uso exclusivo do STFC e, assim, sujeitos ao regime de reversão previsto no regulamento, constituem acervo residual e decrescente do patrimônio da Companhia.

Desta forma, o patrimônio da Concessionária, ao final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, não estará suscetível à reversão de sua propriedade à União. A cessão do uso dos bens compartilhados e da posse dos bens exclusivos do STFC passa a ser definida por meio de contratos específicos já previstos no manual operacional do Regulamento de Continuidade, aprovado pelo Despacho Decisório nº 269/2021/COJUN/SCD, que complementa dispositivos do Regulamento de Continuidade.

Sobre o tema, importante destacar que, a despeito da manutenção na Resolução nº 744 da obrigação de submissão de relação de bens reversíveis ("RBR") à ANATEL, tal obrigação, após sua aprovação e com a definição do modelo contratual acima descrito, possui caráter meramente informativo, com o fito de manter a transparência sobre a lista de bens utilizados pela Concessionária na prestação do STFC em regime público.

14. INTANGÍVEL

a) Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

• **Ativos intangíveis com vida útil definida** são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

• **Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios)** não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados com diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos intangíveis, incluindo o ágio, estão apresentadas na nota 15.a).

c) Composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- **Softwares:** compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- **Carteira de clientes e marcas:** compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.
- **Licenças:** compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

	Controladora						Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças		
Saldos e movimentações:							
Saldo em 31.12.19	23.059.172	3.690.068	928.833	905.205	12.091.821	45.654	549.979
Adições (1)	-	523.248	-	-	184.300	-	1.173.648
Baixas líquidas (2)	(32.743)	(12.450)	-	-	-	-	(45.193)
Transferências líquidas	-	1.210.667	-	-	-	-	(1.022.471)
Aporte de capital na CyberCo Brasil	-	(2.770)	-	-	-	-	(2.770)
Amortização (nota 26)	-	(1.419.382)	(295.267)	(84.205)	(914.411)	(3.102)	(2.716.367)
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.989.361	633.566	821.000	11.361.710	42.552	701.156
Adições (1)	-	723.644	-	-	4.496.263	-	1.274.713
Baixas líquidas (2)	(158.161)	(17.035)	-	-	-	-	(175.196)
Transferências líquidas	-	1.694.306	-	-	-	-	(1.563.813)
Bens destinados à venda (3)	-	(2.010)	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.622.537)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.102)	(2.925.615)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056
Em 31.12.20							
Custo	23.026.429	19.940.908	4.513.278	1.658.897	20.428.520	269.557	701.156
Amortização acumulada	-	(15.951.547)	(3.879.712)	(837.897)	(9.066.810)	(227.005)	(29.962.971)
Total	23.026.429	3.989.361	633.566	821.000	11.361.710	42.552	701.156
Em 31.12.21							
Custo	22.868.268	22.335.454	4.513.278	1.658.897	24.924.783	269.557	412.056
Amortização acumulada	-	(17.569.725)	(4.144.040)	(922.103)	(10.018.252)	(230.107)	(32.884.227)
Total	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056

	Consolidado						Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças		
Saldos e movimentações:							
Saldo em 31.12.19	23.059.172	3.693.255	928.833	905.205	12.091.821	45.730	550.936
Adições (1)	-	526.112	-	-	184.300	-	1.174.282
Baixas líquidas (2)	(32.743)	(12.450)	-	-	-	-	(45.193)
Transferências líquidas	-	1.211.314	-	-	-	-	(1.023.138)
Aporte de capital na CyberCo Brasil	-	(2.770)	-	-	-	-	(2.770)
Amortização (nota 26)	-	(1.420.757)	(295.267)	(84.205)	(914.411)	(3.102)	(2.717.742)
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.994.704	633.566	821.000	11.361.710	42.628	702.080
Adições (1)	-	724.599	-	-	4.496.263	-	1.275.320
Baixas líquidas (2)	(158.161)	(16.884)	-	-	-	-	(175.045)
Transferências líquidas	-	1.695.398	-	-	-	-	(1.564.723)
Bens destinados à venda (3)	-	(2.010)	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.624.532)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.104)	(2.927.612)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677
Em 31.12.20							
Custo	23.026.429	20.056.642	4.438.017	1.658.897	20.428.520	269.640	702.080
Amortização acumulada	-	(16.061.938)	(3.804.451)	(837.897)	(9.066.810)	(227.012)	(29.998.108)
Total	23.026.429	3.994.704	633.566	821.000	11.361.710	42.628	702.080
Em 31.12.21							
Custo	22.868.268	22.451.551	4.513.278	1.658.897	24.924.783	269.639	412.677
Amortização acumulada	-	(17.680.276)	(4.144.040)	(922.103)	(10.018.252)	(230.115)	(32.994.786)
Total	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677

(1) Os ingressos em licenças, ocorridos em 2021 e 2020, referem-se às licenças 5G e às prorrogações das licenças do SMP para o Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, concedidas pela ANATEL (nota 1.b).

(2) As baixas proporcionais do ágio, referem-se às alienações dos investimentos da CyberCo Brasil em 2020 e da FIBrasil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em 2021 (nota 1.c).

(3) Refere-se ao saldo dos ágios que foram utilizados na composição da participação societária da Companhia na FIBrasil (nota 1.c).

d) Taxas de amortização

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	Controladora / Consolidado
Softwares	20,00%
Carteira de clientes	12,50%
Marcas	7,70%
Licenças	3,60% a 6,87%
Outros Intangíveis	20,00%

15. ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

a) Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços, além de que o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, amplamente integrada, a qual é utilizada para prover todos os serviços de telecomunicações a seus clientes, a Companhia define seu negócio como uma única UGC.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (Weighted Average Cost of Capital) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos.

O valor justo líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Caso a indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos ativos indicados:

- **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- **Avaliação do valor em uso dos ativos imobilizados, ágio e intangíveis:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

b) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os sites (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação. Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A obrigação oriunda das provisões pode ser legal ou técnica, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

c) Informações das provisões e contingências

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

	Controladora				Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório			
Saldos em 31.12.19	513.931	1.489.379	788.343	1.145.736	831.722	635.862	5.404.973
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	134.610	122.396	372.783	69.486	(18.631)	(7.306)	673.338
Outras (reversões) (1)	-	-	(2.105)	-	-	(236.598)	(238.703)
Baixas por pagamento	(279.300)	(24.735)	(573.554)	(39.782)	-	-	(917.371)
Atualização monetária	103.939	124.551	278.660	31.891	10.154	15.857	565.052
Saldos em 31.12.20	473.180	1.711.591	864.127	1.207.331	823.245	407.815	5.487.289
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	205.292	282.450	310.064	542.843	(278.995)	(28.073)	1.033.581
Outros ingressos (reversões) (1)	-	-	(155)	-	-	12.431	12.276
Baixas por pagamento	(313.039)	(118.579)	(646.559)	(20.884)	-	-	(1.099.061)
Atualização monetária (2)	97.961	182.572	398.628	256.954	(55.652)	(14.068)	866.395
Saldos em 31.12.21	463.394	2.058.034	926.105	1.986.244	488.598	378.105	6.300.480
Em 31.12.20							
Circulante	173.190	-	179.449	60.055	-	51	412.745
Não circulante	299.990	1.711.591	684.678	1.147.276	823.245	407.764	5.074.544
Em 31.12.21							
Circulante	204.279	-	293.506	200.313	-	-	698.098
Não circulante	259.115	2.058.034	632.599	1.785.931	488.598	378.105	5.602.382

	Controladora				Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório			
Saldos em 31.12.19	547.874	1.575.949	797.448	1.145.736	831.722	636.689	5.535.418
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	126.167	122.419	374.464	69.486	(18.631)	(7.306)	666.599
Outros ingressos (reversões) (1)	6.390	-	(6.020)	-	-	(236.598)	(236.228)
Baixas por pagamento	(287.028)	(24.763)	(575.484)	(39.782)	-	-	(927.505)
Atualização monetária	106.307	125.647	281.543	31.891	10.154	15.857	571.399
Saldos em 31.12.20	499.710	1.799.252	871.951	1.207.331	823.245	408.642	5.610.131
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	205.540	282.699	313.935	542.843	(278.995)	(28.900)	1.037.122
Outros ingressos (1)	583	-	683	-	-	12.431	13.697
Baixas por pagamento	(319.511)	(118.579)	(652.112)	(20.884)	-	-	(1.111.086)
Atualização monetária (2)	100.633	183.997	401.514	256.954	(55.652)	(14.068)	873.378
Saldos em 31.12.21	486.955	2.147.369	935.971	1.986.244	488.598	378.105	6.423.242
Em 31.12.20							
Circulante	176.582	-	180.965	60.055	-	51	417.653
Não circulante	323.128	1.799.252	690.986	1.147.276	823.245	408.591	5.192.478
Em 31.12.21							
Circulante	206.279	-	295.722	200.313	-	-	702.314
Não circulante	280.676	2.147.369	640.249	1.785.931	488.598	378.105	5.720.928

(1) Provisão para desmantelamento: principalmente pela reversão decorrente da revisão de custos para desmantelamento de sites técnicos. Os efeitos desta reversão, foram reconhecidos em contrapartida no ativo imobilizado.

(2) Passivo contingente (PPA) em 2021: principalmente pelos efeitos da reversão de TFF e de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs.

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora	Consolidado		
Natureza/Grau de Risco	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Provisões	463.394	473.180	486.955	499.710
Contingências possíveis	1.345.637	1.406.232	1.364.562	1.435.790

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial, adicional de insalubridade ou periculosidade.

c.2) Provisões e contingências tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora	Consolidado		
Natureza/Grau de Risco	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Provisões	463.394	473.180	486.955	499.710
Contingências possíveis	1.345.637	1.406.232	1.364.562	1.435.790

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial, adicional de insalubridade ou periculosidade.

c.2.1) Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre royalties; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; (v) majoração da base de cálculo do PIS e do COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/1998; (vi) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; e (vii) INSS sobre treje constitucional de férias.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de internet (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes; e (viii) serviços não medidos.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) IPTU; e (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empregada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

c.2.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCR e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) Stock Options exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelo grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de swap; (iv) PIS e COFINS sobre: (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "Fixed access unit" (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa às operações de mudo, *intercompany* e operações de crédito; e (vii) IRRF sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) *co-billing*; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) doação de cartões para atirador no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvi) multa CDR/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; (xx) serviços de publicidade; e (xxi) assinatura mensal, que se encontra no Superior Tribunal Federal ("STF") com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre: (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTEL e FISTEL

União de Universidades dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")
Mandados de Segurança Impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$4.694.276 (R\$4.399.325 em 31 de dezembro de 2020).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTEL")
Mandados de Segurança Impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outros decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/2000 e o Decreto nº 3.737/2001, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/2013.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$790.057 (R\$764.655 em 31 de dezembro de 2020).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")
Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$2.017.422 (R\$2.744.617 em 31 de dezembro de 2020).

c.3) Provisões e contingências cíveis

	Valores envolvidos			
	Controladora	Consolidado		
Natureza/Grau de Risco	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Provisões	926.105	864.127	935.971	871.951
Contingências possíveis	2.107.576	3.358.800	2.119.701	3.374.200

c.3.1) Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

• A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações canceladas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encorram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2021 o montante consolidado provisionado era de R\$130.165 (R\$290.993 em 31 de dezembro de 2020). A Justiça entre os períodos decorre, em parte, de acordo entre as partes interessadas.

• A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante consolidado provisionado era de R\$367.334 (R\$240.810 em 31 de dezembro de 2020).

• A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado provisionado era de R\$438.474 (R\$340.148 em 31 de dezembro de 2020).

c.3.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

• Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao "status quo" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de improcedência. Em paralelo, as partes formularam acordo, já protocolado aos autos, mas ainda pendente de homologação judicial. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno às condições do plano anterior.

• Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicações ("FENAPAS"), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. Após julgamento de procedência da ação em primeiro grau e confirmação da sentença em grau de apelação, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração. Em paralelo, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") interveio no processo, o que ocasionou a remessa dos autos para a Justiça Federal. Aguarda-se o recebimento do processo na Justiça Federal. A Justiça Federal intimou e a PREVIC para se manifestar nos autos e, sucessivamente, às partes. Apresentadas as manifestações, aguarda-se a remessa dos autos à conclusão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno ao acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Teletrás.

• A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também em parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio.

• Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstivesse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por royalties, e a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova pericia. A pericia foi realizada e, em seguida, o processo foi julgado improcedente. Interpostos recursos de apelação pelas partes, aguarda-se julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

• A Companhia, em conjunto com outras operadoras que prestam serviços de telecomunicações, é ré em discussões que contestam a prática que as operadoras adotam de imposição de prazo delimitado para utilização de minutos pré-pagos. Isto é, o demandante alega que os minutos do pacote pré-pago não devem expirar após o término de um prazo específico, podendo ser utilizados a qualquer tempo pelo consumidor. O pedido do Ministério Público Federal não foi acolhido e os processos estão aguardando julgamento de recurso do Tribunal Regional Federal ("TRF") da 1ª Região.

c.4) Provisões e contingências regulatórias

Natureza/Grau de Risco

Provisões

Contingências possíveis

c.4.1) Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

• A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Os principais temas desses processos são a obrigatoriedade do pagamento da onerosidade do serviço móvel (o pagamento, a cada dois anos, referente ao direito de uso do SMP), as obrigações da Companhia relacionadas a não observância dos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações, o cumprimento dos indicadores de qualidade e o cumprimento das metas constantes do edital do leilão de espectro para cobertura do serviço. Especificamente em relação ao pagamento de ônus do SMP, existe um contencioso a respeito de quais receitas devem ser consideradas no pagamento dos valores devidos pela renovação de radiofrequências. Sobre esse tema, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia que há prognóstico de perda provável sobre o pagamento de aproximadamente R\$599 milhões do ônus do SMP quanto a receita de dados, em razão da existência de decisões desfavoráveis na ANATEL em 2021 e na justiça com prognóstico improvável de reversão, bem como pelo fato de que a Companhia decidiu reverter prospectivamente tais valores em favor da ANATEL.

c.4.2) Contingências regulató

continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

f) Ingressos e pagamentos

	Consolidado							
	31.12.21			31.12.20				
	Captações	Principal	Encargos	Total	Captações	Principal	Encargos	Total
Empréstimos - Instituições financeiras	-	(74)	(4)	(78)	-	(48.645)	(1.972)	(50.617)
BNDES / PSI	-	(74)	(4)	(78)	-	(8.849)	(111)	(8.960)
BNB	-	-	-	-	-	(39.796)	(1.861)	(41.657)
Debêntures	-	(1.028.312)	(38.669)	(1.066.981)	-	(1.025.583)	(123.202)	(1.148.785)
1ª emissão - Minas Comunica	-	(28.312)	(1.697)	(30.009)	-	(25.583)	(1.995)	(27.578)
5ª emissão	-	(1.000.000)	(36.972)	(1.036.972)	-	-	(88.819)	(88.819)
6ª emissão	-	-	-	-	-	(1.000.000)	(32.388)	(1.032.388)
Financiamentos - Fornecedores	221.840	(370.635)	(10.248)	(380.883)	370.538	(970.029)	(47.703)	(1.017.732)
Contraprestação contingente	-	-	-	-	-	-	-	(449.895)
Arrendamentos	3.113.349	(2.455.690)	(804.884)	(3.260.574)	4.828.542	(2.909.214)	(502.537)	(3.411.751)
Licenças 5G	4.459.442	(46.436)	-	(46.436)	-	-	-	-
Total	7.794.631	(3.901.147)	(853.805)	(4.754.952)	5.199.080	(5.297.688)	(781.092)	(6.078.780)

22. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	615.083	529.099	619.881	529.179
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados (2)	91.058	107.367	91.058	107.367
Subvenções governamentais	39.341	50.474	39.341	50.474
Outras	8.230	59.125	8.230	59.224
Total	753.712	746.065	758.510	746.244
Circulante	599.873	506.778	604.646	506.806
Não circulante	153.839	239.287	153.864	239.438

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.
(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (contratos com clientes), principalmente relativos à venda de créditos de pré-pagos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Saldos em 31.12.19	499.035	-	499.035	-
Ingressos	6.901.785	-	6.901.785	-
Baixas	(6.871.641)	-	(6.871.641)	-
Saldos em 31.12.20	529.179	-	529.179	-
Ingressos	7.496.088	-	7.496.088	-
Baixas	(7.405.386)	-	(7.405.386)	-
Saldos em 31.12.21	619.881	-	619.881	-
Circulante	578.945	-	578.945	-
Não circulante	40.936	-	40.936	-

A seguir, apresentamos os prazos esperados para a realização dos passivos contratuais.

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
2022	578.945	-	578.945	-
2023	28.515	-	28.515	-
2024	2.581	-	2.581	-
2025	2.579	-	2.579	-
2026	2.539	-	2.539	-
2027 em diante	4.722	-	4.722	-
Total	619.881	-	619.881	-

23. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31)	645.209	948.862	649.817	954.581
Obrigações com a ANATEL (1)	565.123	523.606	565.123	523.606
Retenções de terceiros (2)	175.989	215.873	181.818	219.169
Valores a restituir a clientes	43.144	43.991	43.964	44.973
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	128.731	21.718	137.861	33.831
Outras obrigações	53.149	47.657	52.368	48.646
Total	1.611.345	1.801.707	1.630.951	1.824.806
Circulante	450.983	389.103	466.342	406.831
Não circulante	1.160.362	1.412.604	1.164.609	1.417.975

(1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal (notas 1.b e 14).
(2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
a.1) Conversão das ações preferenciais para ações ordinárias
Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, realizada em 1º de outubro de 2020, foram aprovados: (i) a conversão da totalidade das 1.119.340.706 (um bilhão, cento e dezesseis milhões, trezentas e quarenta mil, setecentas e seis) ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida, com extinção das ações preferenciais ("Conversão"); (ii) a alteração e/ou exclusão do artigo 4º, caput e parágrafos, artigo 5º, caput, artigo 7º, caput e parágrafo único, artigo 9º, caput e parágrafo único, artigo 10, caput e incisos (i), (ii) e (iii) e artigo 14, caput, do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
Puderam exercer o direito de resgate das ações preferenciais, de forma ininterrupta, de ações de emissão da Companhia desde 9 de março de 2020 (inclusive), data da divulgação do Fato Relevante que tratou inicialmente da Conversão, até a data do exercício do efetivo direito. O valor de reembolso pago aos acionistas dissidentes em 19 de novembro de 2020, correspondente ao valor de patrimônio líquido ajustado, foi de R\$40,38 (quarenta reais e trinta e oito centavos) por ação preferencial, totalizando R\$32, representando 805 ações preferenciais.
A partir de 23 de novembro de 2020, as ações preferenciais de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas, em virtude da conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias e passaram a ser negociadas apenas ações ordinárias de sua emissão, sob o ticker "VIVT3". Com a conclusão da conversão de ações, a Companhia deu prosseguimento à conversão do programa de *American Depository Receipt* (ADR) registrado perante a *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), passando a negociar na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE"), a partir de 30 de novembro de 2020, apenas as ADRs lastreadas em ações ordinárias no formato "regular way", sob o ticker "VIV".
Para a efetiva implementação da conversão das ações, foi celebrado acordo de voto entre as acionistas Telefônica S.A., Telefônica Latinoamérica Holding, S.L., SP Telecomunicações Participações Ltda. e, na qualidade de interveniente-anuente, a Companhia, a fim de cumprir com o disposto nos itens a.1 e a.2 do Acórdão ANATEL nº 430, de 11 de agosto de 2020.

a.2) **Capital social**
Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.
A Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/1976, artigo 166, inciso IV ("Lei das S.A.") estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da AGE convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.
Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 253 da Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme facultada o artigo 172 da referida lei.
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$63.571.416, representado por ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuído:

	Total	
	Quantidade	%
Grupo Controlador	1.244.241.119	73,58%
Telefônica	503.329.803	29,77%
Telefônica Latinoamérica Holding	407.279.213	24,09%
SP Telecomunicações Participações	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile	936.513	0,05%
Outros acionistas	432.697.152	25,59%
Ações em tesouraria	14.046.652	0,83%
Total de ações emitidas	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(14.046.652)	-
Total de ações em circulação	1.676.938.271	-

b) Reservas de capital
b.1) Reserva especial de ágio
Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SP Telecomunicações Participações) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/1999.
O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$63.074.
b.2) Outras reservas de capital (Composição)

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos das aquisições da Lemontree e GTR pela Companhia e TLog pela TData (5)	(75.388)	(75.388)
Efeitos da aquisição do Terra Networks pela TData (6)	(59.029)	(59.029)
Efeitos da aquisição da TIS pela Terra Networks (7)	(48.135)	(48.135)
Efeitos da aquisição e alienação da CyberCo Brasil (8)	39.521	39.521
Efeitos de equivalência patrimonial na FiBrasil (9)	2.182	-
Efeitos da alienação da CloudCo Brasil (10)	31.367	-
Efeitos da alienação da IoTCo Brasil (11)	34.644	-
Outros movimentos	60	78
Total	1.297.905	1.229.730

(1) Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.
(2) Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.
(3) Refere-se aos custos diretos (liquidos e tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.
(4) Refere-se a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.
(5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.
(6) Refere-se aos efeitos pela aquisição do Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos.
(7) Refere-se aos efeitos pela aquisição da TIS pela Terra Networks, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos.
(8) Refere-se aos efeitos na Companhia e em controlada, pela aquisição e alienação da CyberCo Brasil, referente à diferença entre a contraprestação recebida em troca da participação societária alienada (nota 1.c).
(9) Refere-se aos efeitos na Companhia decorrentes de eventos no patrimônio líquido da FiBrasil (nota 1.c).
(10) Refere-se aos efeitos na Companhia, pela alienação de participação acionária na CloudCo Brasil (nota 1.c).
(11) Refere-se aos efeitos na Companhia, pela alienação de participação acionária na IoTCo Brasil (nota 1.c).

b.3) Ações em tesouraria
São instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.
Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de resgate dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart.; (ii) do exercício do direito de resgate dos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência do processo de conversão das ações preferenciais em ordinárias da Companhia; (iii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações; e (iv) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.
Em 2021 e 2020, houve recompras de ações decorrentes do Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia: (i) em 2021, aquisições de 11.235.900 ações ordinárias, no montante total de R\$495.995; e em 2020, aquisições de 519.605 ações, sendo 232.805 ações preferenciais e 286.800 ações ordinárias, no montante total de R\$22.721.
O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 era de R\$606.536, representado por 14.046.652 ações ordinárias (R\$110.541, representado por 2.810.752 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

c) Reservas de lucro
c.1) Reserva legal
Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.
O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 era de R\$3.385.302 (R\$3.073.334 em 31 de dezembro de 2020).
c.2) Incentivos fiscais
São instrumentos patrimoniais próprios que são reconhecidos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.
Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de resgate dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart.; (ii) do exercício do direito de resgate dos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência do processo de conversão das ações preferenciais em ordinárias da Companhia; (iii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações; e (iv) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.
Em 2021 e 2020, houve recompras de ações decorrentes do Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia: (i) em 2021, aquisições de 11.235.900 ações ordinárias, no montante total de R\$495.995; e em 2020, aquisições de 519.605 ações, sendo 232.805 ações preferenciais e 286.800 ações ordinárias, no montante total de R\$22.721.
O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 era de R\$606.536, representado por 14.046.652 ações ordinárias (R\$110.541, representado por 2.810.752 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).
c.3) Reserva para expansão e modernização
Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei das S.A., o orçamento de capital é submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO"). Em 2020, houve a reversão da reserva de 2019 no montante de R\$600.000, a qual foi submetida e aprovada pela AGO, realizada em 15 de abril de 2021.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

d.1) Dividendos complementares do exercício de 2020
Em 15 de abril de 2021, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2020, ainda não distribuídos, no montante de R\$1.587.518 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 5 de outubro de 2021.
d.2) Remuneração aos acionistas
Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das S.A.
A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2021 e 2020.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.239.364	4.770.527
(-) Apropriação à reserva legal	(311.968)	(238.526)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(43.009)	(18.766)
Lucro líquido ajustado	5.884.387	4.513.235
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	(4.235.000)	(3.830.000)
- Juros sobre o capital próprio (bruto)	(2.735.000)	(2.530.000)
- Dividendos Intermediários	(1.500.000)	(1.200.000)
Saldo de lucro líquido não destinado	1.649.387	683.235
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização do exercício anterior	-	600.000
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	116.236	99.788
(+) Ganhos atuariais reconhecidos e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, liquidados de tributos	262.901	204.495
Lucro disponível para distribuição	2.028.524	1.587.518
Proposta para a distribuição:		
Dividendos adicionais propostos:	2.028.524	1.587.518
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	2.028.524	1.587.518
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício anterior, referente a reversão da reserva especial para expansão e modernização	-	600.000
Total	2.028.524	1.587.518
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	1.471.097	1.128.309

O valor por ação ordinária dos dividendos adicionais propostos para 2021 foi de R\$1,209659 em 2021 (R\$0,940376 para 2020).
A proposta para a deliberação do exercício de 2021, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2022.
Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Exercício de 2021	Datas				Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
	Aprovação	Crédito	Limite para pagamento	até			
JSCP	12/02/21	26/02/21	até 31/07/22	150.000	127.500	0,075561	
JSCP	18/03/21	31/03/21	até 31/07/22	270.000	229.500	0,136084	
JSCP	15/04/21	30/04/21	até 31/07/22	280.000	238.000	0,141197	
JSCP	17/06/21	30/06/21	até 31/07/22	630.000	535.500	0,317815	
JSCP	16/09/21	30/09/21	até 31/07/22	600.000	510.000	0,303695	
JSCP	10/12/21	27/12/21	até 31/07/22	805.000	684.250	0,408035	
Dividendos	10/12/21	27/12/21	até 31/12/22	1.500.000	1.500.000	0,894487	
Total				4.235.000	3.824.750		

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora					
	2021			2020		
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comerciação	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comerciação	Despesas Gerais e Administrativas
Pessoal (1)	(739.542)	(2.645.426)	(567.720)	(3.952.688)	(689.808)	(2.509.110)
Serviços de terceiros (2)	(7.989.422)	(5.782.011)	(1.036.418)	(14.807.851)	(7.099.675)	(5.884.269)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.186.337)	(60.721)	(41.324)	(1.288.382)	(1.277.983)	(60.778)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.694.579)	(29.649)	(52.091)	(1.776.319)	(1.671.978)	(45.883)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.425.772)	-	(1.425.772)	-	(1.734.646)
Depreciação e amortização (5)	(9.683.823)	(1.506.488)	(836.976)	(12.027.287)	(8.864.509)	(1.494.308)
Custo das mercadorias vendidas	(3.214.081)	-	(3.214.081)	(2.866.817)	-	-
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(79.495)	(132.737)	(32.753)	(244.985)	(72.339)	(133.033)
Total	(24.587.279)	(11.582.804)	(2.567.282)	(38.737.365)	(22.542.209)	(11.848.661)

	Consolidado					
	2021			2020		
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comerciação	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comerciação	Despesas Gerais e Administrativas
Pessoal (1)	(861.876)	(2.661.782)	(588.016)	(4.111.674)	(775.789)	(2.522.455)
Serviços de terceiros (2)	(8.019.315)	(5.768.909)	(1.054.453)	(14.842.677)	(7.120.850)	(5.888.370)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.187.976)	(57.852)	(44.187)	(1.290.015)	(1.284.943)	(59.578)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.704.235)	(29.649)	(52.818)	(1.786.702)	(1.690.171)	(32.517)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.436.288)	-	(1.436.288)	-	(1.740.358)
Depreciação e amortização (5)	(9.688.780)	(1.506.862)	(842.689)	(12.038.331)	(8.865.855)	(1.495.229)
Custo das mercadorias vendidas	(3.222.043)	-	(3.222.043)	(2.878.533)	-	-
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(97.144)	(132.775)	(33.742)	(263.661)	(76.942)	(133.048)
Total	(24.781.369)	(11.594.117)	(2.615.905)	(38.991.391)	(22.693.383)	(11.871.555)

(1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.
(2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parcerias, call center, logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.
(3) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.
(4) Inclui os custos e despesas com as taxas Fielst, Fust, Funttel, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.
(5) Inclui os montantes consolidados de R\$2.737.111 e R\$2.225.639 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos (nota 13.e).

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Multas e despesas recuperadas (1)	2.534.039	990.580	2.534.835	993.551
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 20)	(1.061.654)	(680.644)	(1.066.022)	(673.905)
Resultado operacional na operação da Fibrasil, incluindo a caixa do ágio (nota 1.c)	416.577	-	416.577	-
Outras receitas operacionais, líquidas (2)	61.816	289.877	42.235	224.442
Total	1.950.778	599.813	1.927.625	544.088

(1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluí os créditos fiscais, montantes de R\$1.660.295 e R\$435.698, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9). O saldo remanescente refere-se a multas contratuais e outros créditos fiscais.
(2) Inclui os montantes dos ganhos líquidos na alienação de ativos (imóveis, sucatas e etc.) e despesas com tributos sobre outras receitas operacionais.

28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

a) Política contábil
Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.
Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.
b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas de aplicações financeiras	299.658	166.602	312.978	177.236
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	110.780	96.803	111.585	98.232
Juros passivos (instrumentos financeiros derivativos) (nota 32)	140.009	181.162	149.089	181.162
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (depósitos judiciais, tributos e outros) (1)	727.822	771.791	734.336	780.663
Outras receitas financeiras	2.415	114.194	2.545	114.237
Total	1.289.764	1.330.552	1.310.533	1.351.530

Despesas Financeiras
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (2)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 32)
Juros passivos (instrumentos financeiros, provisões, fornecedores, tributos e outros)
Despesas com variações monetárias de provisões para contingências (nota 20)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras

	2021	2020
Total	(2.422.484)	(1.908.100)

(1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluí os créditos fiscais, nos montantes de R\$509.096 e R\$512.659, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9).
(2) Inclui os montantes consolidados de R\$828.710 e R\$526.127 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, referente a encargos de arrendamentos (nota 21.e).

29. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas ao grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e refere-se a:
a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica.
b) Serviços de TV digital contratados.
c) Valores a serem resarcidos para SP Telecomunicações Participações em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks.
d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
e) Direito de uso de determinadas licenças de softwares e serviços de manutenção e suporte contratados.
f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.
g) Operações com empresas do Grupo Telefônica referentes à compra de conteúdo de internet, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência.
h) Serviços de marketing.
i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas.
j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.
k) Serviços de chamada de longa distância e de roaming internacional.
l) Reembolsos a serem pagos ou recebidos referentes a despesas e gastos diversos.
m) Brand Fee, pela cessão de uso de direitos da marca.
n) Serviço de suporte técnico em informática.
o) Cost Sharing Agreement, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.
p) Aluguel de prédios.
q) Financial Clearing House Roaming, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de Roaming.
r) Soluções integrais de aprendizagem on-line para a educação e formação em modalidade e-Learning.
s) Operações de factoring, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica.
t) Investimento Social. A Fundação Telefônica utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.
u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.
v) Plataforma Adquiria Sourcing, solução on-line para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.
w) Mídia Digital, serviços de comercialização e exploração de Marketing Digital in-store e outdoor.
x) Operações de torres entre Telefônica Brasil e Telxius Torres Brasil. A operação consiste na alienação de ativos de infraestrutura de propriedade da Companhia, em conjunto com a cessão dos contratos de compartilhamento, com posterior cessão de uso de espaço das referidas infraestruturas para a Companhia. Em decorrência da alienação da torre de Telxius Telecom para a American Tower International, Inc., a partir do exercício de 2021, os valores relativos a ativos e passivos destaxaram de ser apresentados como partes relacionadas e os valores relacionados à demonstração do resultado estão sendo apresentados para o período de janeiro a maio de 2021.
y) Valores a serem recebidos pela Companhia em decorrência da venda de participação societária da Fibrasil.
z) Valores referentes a parcelas a receber em decorrência da venda de participação societária e aportes de capital.
aa) Serviço de consultoria de construção de rede de fibra ótica.
Conforme descrito na nota 31, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.
A Telefônica Corretora de Seguros (TCS) atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros entre a TCS e a Companhia e suas controladas.
A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

	Balanco Patrimonial - Ativo			
	31.12.21		31.12.20	
	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Empresas				
Controladoras				
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / p)	-	1	10.315
Telefônica Latinoamerica Holding	l)	-	24.879	-
Telefônica	l)	-	4.825	-
		1	40.019	8
Outras empresas do grupo				
Telefônica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / l) / p)	3.632	109	3.113
Telefônica Venezuelana	k) / l)	8.016	2.196	6.852
Telefônica Digital Espanha	g) / l)	114	-	1.151
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	2.187	80	8.919
Telefônica International Wholesale Services Espanha	a) / j) / k)	18.183	-	54.249
Telefônica Serviços de Ensino	a) / d)	36	20	130
Telefônica Moviles Argentina	j) / k)	6.352	-	5.883
Telefônica USA	j)	657	-	4.126
Telfisa Global BV	q)	66.682	-	47.313
Telxius Cable Brasil	a) / d) / l) / j)	3.915	1.221	4.624
Terra Networks Mexico	g) / h)	-	-	4.962
Telefônica Cyber Tech Brasil	a) / d) / j) / p)	1.772	1.280	439
Telefônica Infra. S.L	y)	-	446.317	-
Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	aa)	12.167	53.088	-
T. IoT Big Data Tech Esp	l) / z)	3.229	66.604	-
T. Cybercloud Tech Esp	z)	-	49.286	-
		66.682	67.137	626.269
Total		66.682	67.137	626.269

	Balanco Patrimonial - Passivo			
	31.12.21		31.12.20	
	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos e arrendamentos	Outros passivos e arrendamentos
Empresas				
Controladoras				
SP Telecomunicações Participações	y)	-	26.855	-
Telefônica Latinoamerica Holding	l)	4.983	-	-
Telefônica	l) / m)	9.952	97.996	8.274
		9.952	124.851	8.274
Outras empresas do grupo				
Media Networks Latin America S.A.C.	f) / l) / k)	-	-	5.660
Telefônica International Wholesale Services Brasil	k)	45.493	318	769
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	6.057	-	6.038
Telefônica Compras Electrónica	v)	32.215	-	32.187
Telefônica Digital Espanha	o)	69.966	-	115.899
Telefônica Factoring do Brasil	s)	-	7.253	-
Telefônica Moviles Argentina	e)	9.448	-	30.535
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	41.630	-	80.254
Telefônica Serviços de Ensino	r)	134	-	4.480
Telefônica Moviles Argentina	k)	1.486	-	757

	Natureza da transação	Balanco Patrimonial - Passivo (continuação)			
		31.12.21		31.12.20	
Empresas					
Telefônica Moviles España	k)	-	-	1.283	-
Telefônica USA	f)	10.828	-	12.688	269
Telefônica Cable Brasil	f) / l)	44.229	1.572	18.937	1.572
Telxius Torres Brasil	l) / x)	-	-	74.655	1.393.898
Terra Networks Mexico	h)	6.205	-	5.231	-
Telefônica Cyber Tech Brasil	aa)	59.886	37	15.131	-
Companhia AIX Participações T. IoT Big Data Tech Esp	u)	-	70.845	-	78.236
T. Cybercloud Tech Esp	o)	21.705	-	4.633	-
Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	aa)	12.153	-	1.737	-
Outras	aa)	54.619	3.267	-	-
		15.740	275	18.030	223
Total		432.795	83.855	481.065	1.476.067
Passivo circulante		442.747	280.706	489.339	1.504.339
Fornecedores (nota 17)		442.747	-	489.339	-
Arrendamento (nota 23)		-	25.801	-	346.291
Outros passivos (nota 23)		-	134.221	-	33.244
Passivo não circulante		-	45.044	-	1.124.217
Arrendamento (nota 23)		-	3.640	-	587
Outros passivos (nota 23)		-	-	-	-

	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados			
		2021		2020	
		Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais
Empresas					
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / p)	12	574	-	10
Telefônica Latinoamerica Holding	l)	-	9.925	(341)	-
Telefônica	l) / m)	-	(375.994)	(3.461)	-
		12	(369.495)	(3.802)	10
Outras empresas do grupo					
Colombia Telecomunicaciones	k) / l)	-	-	-	110
Fundação Telefônica	l)	-	(9.704)	-	-
Telefônica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / k) / l)	7.510	(108.094)	-	5.586
Media Networks Latin America S.A.C.	b)	-	(6.593)	(105)	-
Telefônica Serviços de Ensino	a) / d) / r)	348	(24.585)	-	877
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	-	-	32
Telefônica Compras Electrónica	o)	-	(38.911)	-	36
Companhia AIX Participações	g) / l) / o)	-	(155.508)	(4.351)	366
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	1.882	254	(2.627)	7.674
Telefônica Global Technology	e)	-	(88.397)	(135)	-
Telefônica International Wholesale Services Espanha	a) / f) / j) / k)	52.732	(72.781)	531	65.246
Telefônica Moviles Argentina	k)	765	(776)	75	2.152
Telefônica Moviles España	k)	-	-	-	949
Telefônica USA	f) / j)	343	(21.613)	(1.587)	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	43.338	(235.371)	(7.381)	12.066
Telxius Torres Brasil	a) / d) / p) / x)	-	-	-	8.902
Terra Networks Mexico	h)	3.790	(4.796)	118	847
Telefônica Cyber Tech Brasil	d) / j) / p) / aa)	974	(120.364)	347	15.544
Companhia AIX Participações	o)	-	-	-	28
Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / d) / p) / w)	16.891	(1.650)	-	282
T. IoT Big Data Tech Esp	l) / o)	-	(76.218)	827	

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.2.2) **Plano CTB ("CTB")**
As contribuições aos planos CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar a aposentadoria desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

c.2.3) **Plano Telefônica BD**
A Companhia patrocina, individualmente, o plano de benefício definido previdenciário, o Telefônica BD.
Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de *Application Lifecycle Management* ("ALM") estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões. As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

c.2.4) **Planos Visão**
Em 2021, os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passaram a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão. A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano. As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$54.592 em 31 de dezembro de 2021 (R\$40.893 em 31 de dezembro de 2020).

As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) **Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego**

c.3.1) **Conciliação dos passivos (ativos), líquidos**

		Consolidado				
		31.12.21		31.12.20		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	
Valor presente de obrigação por benefício definido	2.066.175	1.401.044	3.467.219	2.238.700	1.863.359	4.102.059
Valor justo dos ativos dos planos	3.310.273	860.165	4.170.438	3.411.297	1.004.048	4.415.345
Passivo (ativo) líquido	(1.244.098)	540.879	(703.219)	(1.172.597)	859.311	(313.286)
Limitador dos ativos	1.217.739	40.146	1.257.885	1.081.325	21.480	1.102.805
Ativo circulante	(90.538)	-	(90.538)	(82.935)	-	(82.935)
Ativo não circulante	(4.613)	-	(4.613)	(82.127)	-	(82.127)
Passivo circulante	7.146	12.800	19.946	6.475	15.680	22.155
Passivo não circulante	61.646	568.225	629.871	67.315	865.111	932.426

c.3.2) **Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados**

		Consolidado				
		2021		2020		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	
Custo do serviço corrente	2.184	21.361	23.545	3.036	26.576	29.612
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	(7.062)	70.436	63.374	(10.385)	82.151	71.766
Total	(4.878)	91.797	86.919	(7.349)	108.727	101.378

c.3.3) **Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes**

		Consolidado				
		2021		2020		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	
(Ganhos) perdas atuariais	(70.083)	(399.872)	(469.955)	114.556	(256.010)	(141.454)
Efeito limitador	56.024	17.008	73.032	(128.320)	(40.137)	(168.457)
Total	(14.059)	(382.864)	(396.923)	(13.764)	(296.147)	(309.911)

c.3.4) **Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido**

		Consolidado				
		31.12.21		31.12.20		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	(91.272)	880.791	789.519	(138.745)	1.072.873	934.128
Despesas no exercício	(4.878)	91.797	86.919	(7.349)	108.727	101.378
Contribuições das patrocinadoras	(8.071)	(8.699)	(16.770)	(8.229)	(4.662)	(12.891)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(14.059)	(382.864)	(396.923)	(13.764)	(296.147)	(309.911)
Distribuição de reservas	91.921	-	91.921	76.815	-	76.815
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	(26.359)	581.025	554.666	(91.272)	880.791	789.519
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(95.151)	-	(95.151)	(165.062)	-	(165.062)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	68.792	581.025	649.817	73.790	880.791	954.581

c.3.5) **Movimentação do passivo de benefício definido**

		Consolidado				
		31.12.21		31.12.20		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	
Passivo de benefício definido no início do exercício	2.238.700	1.863.359	4.102.059	2.429.478	2.016.614	4.446.092
Custo do serviço corrente	2.184	21.361	23.545	3.036	26.576	29.612
Juros sobre o passivo atuarial	160.140	144.463	304.603	167.991	150.510	318.501
Benefícios pagos	(175.863)	(52.570)	(228.433)	(171.177)	(48.101)	(219.278)
Contribuições de participantes vertidas	336	-	336	346	-	346
Perdas atuariais ajustadas pela experiência	176.664	(316.034)	(139.370)	(70.783)	(33.088)	(103.871)
Perdas (ganhos) atuariais ajustadas por premissas demográficas	-	-	-	(8.378)	(52.071)	(60.449)
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	(335.986)	(259.535)	(595.521)	(111.813)	(197.081)	(308.894)
Passivo de benefício definido no final do exercício	2.066.175	1.401.044	3.467.219	2.238.700	1.863.359	4.102.059

c.3.6) **Movimentação do valor justo dos ativos dos planos**

		Consolidado				
		31.12.21		31.12.20		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.411.297	1.004.048	4.415.345	3.696.914	1.001.112	4.698.026
Benefícios pagos	(169.257)	(43.912)	(213.169)	(164.587)	(43.477)	(208.064)
Contribuições de participantes vertidas	336	-	336	346	-	346
Contribuições de patrocinadoras vertidas	1.465	40	1.505	1.638	38	1.676
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	247.591	75.686	323.277	259.331	72.604	331.935
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	(89.238)	(175.697)	(264.935)	(305.530)	(26.229)	(331.759)
Distribuição de reservas	(91.921)	-	(91.921)	(76.815)	-	(76.815)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.310.273	860.165	4.170.438	3.411.297	1.004.048	4.415.345

c.3.7) **Movimentação do limitador de ativos**

		Consolidado				
		31.12.21		31.12.20		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	
Limitador dos ativos no início do exercício	1.081.325	21.480	1.102.805	1.128.691	57.371	1.186.062
Juros sobre o efeito limitador de ativos	80.390	1.658	82.048	80.954	4.246	85.200
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	56.024	17.008	73.032	(128.320)	(40.137)	(168.457)
Limitador dos ativos ao final do exercício	1.217.739	40.146	1.257.885	1.081.325	21.480	1.102.805

c.3.8) **Resultados previstos para o exercício de 2022**

		Consolidado				
		31.12.21		31.12.20		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	
Custo do serviço corrente	1.857	13.667	15.524	1.857	13.667	15.524
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	(2.466)	51.628	49.162	(2.466)	51.628	49.162
Total	(609)	65.295	64.686	(609)	65.295	64.686

c.3.9) **Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2022**

		Consolidado			
		31.12.21		31.12.20	
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Contribuições das patrocinadoras	1.660	-	1.660	-	1.660
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	7.092	-	7.092	-	7.092
Total	8.752	-	8.752	-	8.752

c.3.10) **Duração média ponderada da obrigação de benefício definido**

		Consolidado			
		31.12.21		31.12.20	
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
No exercício de 2021	8,4 anos	14,3 anos	8,4 anos	14,3 anos	14,3 anos
No exercício de 2020	7,9 anos	16,3 anos	7,9 anos	16,3 anos	16,3 anos

c.3.11) **Premissas atuariais**

		Consolidado			
		31.12.21		31.12.20	
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão Multi: 8,6% Visão Telefônica: 8,56% PBS-A, Telefônica BD e CTB: 8,61% CTB e PBS-A: N/A	8,6%	8,74% 8,78%	8,4% 8,78%	8,74% 8,78%
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão Telefônica: 4,5% Visão Multi: 6,09% Telefônica BD: 4,32%	4,5%	N/A	4,5%	6,4%
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,3%	3,3%	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	57 anos	57 anos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60% Visão: N/A	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A	Light-Forte	Light-Forte	Light-Forte	Light-Forte
Tábua de entrada em invalidez	Visão Telefônica: Álvaro Vindas, suavizada em 50% Visão Multi: Light-Fraco, suavizada em 50% PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A	50%	50%	50%	50%
Rotatividade	Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas no quadro acima, para 2021 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, com segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,25%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

		Consolidado			
		31.12.20		31.12.20	
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 6,37% PBS-A: 7,42% Telefônica BD: 7,72% CTB: 6,98% CTB e PBS-A: N/A	6,37%	7,72% 7,88%	6,37%	7,72% 7,88%
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão Telefônica: 4,75% Visão Multi: 6,35% Telefônica BD: 4,57%	4,75%	N/A	4,75%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,5%	3,5%	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	57 anos	57 anos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60% Visão: N/A	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% PAMA e PCE: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 40% Lei 9.656/1998: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% PAMA e PCE: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 40% Lei 9.656/1998: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%
Tábua de mortalidade de inválidos	Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A	Light-Forte	Light-Forte	Light-Forte	Light-Forte
Tábua de entrada em invalidez	Visão Telefônica: Álvaro Vindas, suavizada em 50% Visão Multi: Light-Fraco, suavizada em 50% PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A	50%	50%	50%	50%
Rotatividade	Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas no quadro acima, para 2020 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, com segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,5%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.3.12) **Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior**
Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o fluxo de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo. Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa
Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excludente é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Hedges de valor justo
Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada com ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*. Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante
Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratuais.

Quando um instrumento financeiro derivativo como *hedge* econômico (e não aplicável contabilidade de *hedge*) for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita. Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

c) Instrumentos financeiros derivativos
As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexado ao IPCA. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedge*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuiu contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros
O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de Jf de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	285.243	411.650	60.884	69.416
Moeda estrangeira	243.812	316.322	116	1.265
US\$ (1)	148.060	97.753	-	306
EUR (1)	90.114	91.863	-	888
NDF US\$ (3)	5.638	126.706	116	71
Taxa p/és	-	44.560	-	127
CDI (1)	-	44.560	-	127
Índices de inflação	41.431	50.768	60.768	68.024
IPCA (2)	41.431	50.768	60.768	68.024
Ponta Passiva	(285.243)	(411.650)	(73.560)	(74.980)
Taxa p/és	(279.605)	(240.384)	(73.560)	(67.699)
CDI (1) (2)	(5.638)	(126.706)	-	(6.662)
NDF US\$ (3)	(5.638)	(126.706)	-	(6.662)
Moeda estrangeira	-	(44.560)	-	(709)
US\$ (1)	-	(44.560)	-	(709)
Ponta ativa			60.884	69.416
Circulante	-	-	6.451	5.902
Não Circulante	-	-	54.433	63.514
Ponta passiva			(73.560)	(74.980)
Circulante	-	-	(4.538)	(8.864)
Não Circulante	-	-	(69.022)	(66.116)
Valores a pagar, líquidos			(12.676)	(5.564)

- Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$88.168) e (dólar e CDI x dólar) (R\$147.271) - operações de *swap* contratadas com vencimentos até 21 de fevereiro de 2022, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$89.918 em euro e libra, e de R\$147.769 em dólar).
- Swap IPCA x CDI (R\$226.360) - operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R\$226.360).
- NDF US\$ x R\$ (R\$29.592) - operações a termo contratadas com vencimentos até 27 de janeiro de 2022, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R\$29.592 em dólar).

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 31 de dezembro de 2021.

Contrato de swap	Consolidado						Valor a receber (pagar) em 31.12.21
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(4.559)	-	-	-	-	-	(4.559)
IPCA x CDI	6.356	5.462	5.136	4.813	4.482	(34.482)	(8.233)
NDF US\$ x Pré	116	-	-	-	-	-	116
Total	1.913	5.462	5.136	4.813	4.482	(34.482)	(12.676)

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados negativo e positivo de R\$12.690 e R\$2.034, respectivamente (nota 26).

c.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia
Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/2008 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentado anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Fatores de Risco	Consolidado		
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	88.168	110.209	132.251
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(112.764)	(140.955)	(169.146)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	22.847	28.558	34.270
	Exposição Líquida	(1.749)	(2.188)	(2.625)
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	147.271	184.089	220.907
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(365.628)	(457.034)	(548.441)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	217.859	272.324	326.788
	Exposição Líquida	(498)	(621)	(746)
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	226.360	208.711	193.191
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(226.360)	(208.711)	(193.191)
	Exposição Líquida	29.992	36.990	44.388
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	29.592	36.990	44.388
Opex em US\$	Opex (Risco aumento US\$)	(29.592)	(36.990)	(44.388)
	Exposição Líquida	-	-	-
<i>Hedge</i> (ponta CDI)	Derivativos (Risco queda CDI)	300.085	282.435	266.916
<i>Hedge</i> US\$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(178.461)	(178.461)	(178.461)
<i>Hedge</i> IPCA (ponta passiva)	Exposição líquida	121.624	103.974	88.455
		119.377	101.165	85.284
		-	(18.212)	(34.293)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	5,5805	6,9756	8,3708
EUR	5,3208	7,9128	9,4954
IPCA	10,06%	12,58%	15,09%
IGPM	17,78%	22,23%	26,67%
CDI	9,15%	11,44%	13,73%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2021, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

d) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo
Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Controladora				
		Saldo contábil	Valor justo	31.12.21	31.12.20	
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado	6.187.360	5.517.354	6.187.360	5.517.354	
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado	30.109	-	30.109	-	
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado	8.064.097	8.174.784	8.064.097	8.174.784	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	6.451	5.902	6.451	5.902
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado	132.963	120.105	132.963	120.105	
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	Custo amortizado	218.536	70.575	218.536	70.575	
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado	37.044	46.051	37.044	46.051	
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado	470.882	379.898	470.882	379.898	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	54.433	63.514	54.433	63.514
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado	97.523	89.803	97.523	89.803	
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	Custo amortizado	332.721	258	332.721	258	
Total de ativos financeiros		15.632.119	14.468.244	15.632.119	14.468.244	
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 17)	Custo amortizado	7.085.058	6.636.448	7.085.058	6.636.448	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Custo amortizado	224.606	375.756	224.606	375.772	
Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.903.797	2.264.040	2.903.797	2.260.540	
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado	1.028.463	1.044.668	1.028.787	1.030.528	
Licenças 5G (nota 21)	Custo amortizado	2.746.342	-	2.746.342	-	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	4.538	8.864	4.538	8.864
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	Custo amortizado	47.976	52.466	47.976	52.466	
Valores a restituir a clientes (nota 23)	Custo amortizado	43.144	43.991	43.144	43.991	
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	Custo amortizado	127.729	20.747	127.729	20.747	

Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Controladora				
		Saldo contábil	Valor justo	31.12.21	31.12.20	
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Custo amortizado	4	51	4	49	
Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.317.073	8.555.044	8.317.073	8.555.044	
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado	-	999.908	-	986.662	
Licenças 5G (nota 21)	Custo amortizado	1.704.464	-	1.704.464	-	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.022	66.116	69.022	66.116
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	Custo amortizado	517.147	471.140	517.147	471.140	
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	Custo amortizado	1.002	971	1.002	971	
Total de passivos financeiros		24.820.365	20.536.574	24.820.689	20.509.202	

Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Consolidado			
		Saldo contábil	Valor justo	31.12.21	31.12.20
Ativos Financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado	6.448.483	5.762.081	6.448.483	5.762.081
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado	30.109	-	30.109	-
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado	8.100.269	8		

continuação



Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Capacidade dos clientes da Companhia de pagar por seus produtos e serviços; e
 - Quaisquer fechamentos das instalações da Companhia e das instalações de seus clientes e fornecedores.
- Dentre os principais impactos decorrentes da COVID-19 em 2021, destacamos:
- Redução das atividades comerciais em nossas lojas devido fechamento temporário no período, já retornado à atividade normal; e
 - A Companhia manteve a seus clientes a possibilidade de se efetuar parcelamentos com pagamentos em até 10 parcelas, livres de multas e juros.
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações e continuamos avaliando e acompanhando as respostas governamentais e desempenho econômico e os respectivos impactos em nossa operação.

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado					
	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais		Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa	
	Saldos em 31.12.20	Liquidações (4.901.326)	Liquidações (4.901.326)	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais e cancelamento de contratos	Ingressos de arrendamentos, licenças 5G e fornecedores	Deliberações e prescrições relacionadas a acionistas
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.865.998	(4.901.326)	-	-	-	5.301.043
Empréstimos e financiamentos	375.812	(370.709)	(10.252)	7.919	221.840	-
Arrendamentos	10.818.778	(2.455.690)	(804.884)	558.546	3.113.349	-
Debêntures	2.044.576	(1.028.312)	(38.669)	50.868	-	-
Licenças 5G	-	(46.436)	-	37.800	4.459.442	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.564	(4.962)	-	12.074	-	-
Total	17.110.728	(8.807.435)	(853.805)	667.207	7.794.631	5.301.043

	Consolidado					
	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais		Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa	
	Saldos em 31.12.19	Liquidações (5.259.367)	Liquidações (49.675)	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais e cancelamento de contratos	Ingressos de despesas e arrendamentos a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionadas a acionistas
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.587.417	(5.259.367)	-	-	-	5.537.948
Empréstimos e financiamentos	1.045.124	(1.018.674)	(49.675)	28.499	370.538	-
Arrendamentos	9.191.151	(2.909.214)	(502.537)	210.836	4.828.542	-
Debêntures	3.104.350	(1.025.583)	(123.202)	89.011	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(16.030)	15.186	-	6.408	-	-
Contraprestação contingente	484.048	(344.217)	(105.678)	6.555	(40.708)	-
Total	17.396.060	(10.541.869)	(781.092)	341.309	(40.708)	5.537.948

34. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

a) **Compromissos contratuais**
A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.
Em 31 de dezembro de 2021, os valores nominais totais, equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Consolidado
2022	2.248.234
2023	943.935
2024	220.441
2025	171.495
2026	143.107
2027 em diante	471.528
Total	4.198.740

Além das obrigações apresentadas acima, a Companhia tem compromissos assumidos com a aquisição das licenças 5G, considerados contratos executáveis, de natureza não monetária e não onerosa, os quais estão apresentados na nota 1.b).

b) **Garantias**
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha garantias para diversos compromissos com a ANATEL, fornecedores e processos judiciais:

	Consolidado
Seguros garantia e cartas fiança - Processos judiciais (nota 20)	20.298.486
Seguros garantia - Licenças 5G (nota 21)	4.355.976
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	2.831.178
Seguros garantia e cartas fiança - ANATEL	1.661.081
Seguros garantia e cartas fiança - Fornecedores	221.182
Imóveis e equipamentos (nota 13.f)	78.631
Aplicações financeiras bloqueadas - Processos judiciais (nota 20)	37.238
Total	29.483.772

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) **Decisões da ANATEL e do CADE para o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre Oi Móvel S.A. e a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A.**
Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia, na forma e para os fins da Resolução CVM nº 44/2021, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 10 de março de 2020, 18 de julho de 2020, 27 de julho de 2020, 7 de agosto de 2020, 7 de setembro de 2020, 14 de dezembro de 2020 e em 29 de janeiro de 2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida nessa mesma data, a ANATEL, concedeu anuência prévia mediante imposição de condicionantes ("Ato de Anuência") para as operações contempladas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), celebrado em 28 de janeiro de 2021 por e entre Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial, na qualidade de vendedora, a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A., na qualidade de compradores, e a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial e Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial, na qualidade de intervenientes-anuente e garantidoras das obrigações da vendedora. Considerando que o Contrato prevê condições precedentes adicionais ao referido Ato de Anuência, a Companhia divulgará oportunamente o andamento do processo de aquisição contemplada no Contrato, nos termos da Resolução 44 e da legislação aplicável.
Em 9 de fevereiro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o tribunal administrativo do CADE, em reunião realizada nesta mesma data, aprovou, de forma condicionada à implementação de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC" e "Aprovação CADE", respectivamente), o ato de concentração nº 08700.000726/2021-08 submetido à sua apreciação em razão da celebração do Contrato.

b) **Crédito de Juros sobre o Capital Próprio**
Em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2023, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2022, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e da Deliberação CVM nº 683/2012, no montante bruto de R\$180.000, equivalente a 0,10739500713 por ação ordinária, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$153.000, equivalente a 0,09128575606 por ação ordinária, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2022.
O valor de juros sobre o capital próprio por ação ordinária informado acima poderá sofrer ajustes futuros, até 25 de fevereiro de 2022, em função de eventuais aquisições de ações no âmbito do Programa de Recuperação de Ações da Companhia.

c) **Cancelamento de ações ordinárias em tesouraria**
Em 18 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de cancelamento de 14.046.652 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, bem como a consequente convocação da Assembleia Geral Extraordinária, a fim de alterar o Estatuto Social da Companhia no que se refere à quantidade de ações em que se divide o capital social. Tais ações foram adquiridas ao longo dos últimos anos, em virtude do Programa de Recuperação de Ações de emissão da própria Companhia.

DIRETORIA

Christian Maud Gebara Diretor Presidente	David Melcon Sanchez-Friera Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Secretário Geral e Diretor Jurídico
	Carlos Cesar Mazur Contador - CRC - 1PR-028067	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

Gabriela Soares Pedercini Conselheira Fiscal (efetivo)	Cremlênio Medola Netto Conselheiro Fiscal (efetivo)	Charles Edwards Allen Conselheiro Fiscal (efetivo)
--	---	--

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

José María Del Rey Osorio Presidente do Comitê de Auditoria e Controle	Julio Esteban Linares Lopes Membro do Comitê de Auditoria e Controle	Juan Carlos Ros Bruguera Membro do Comitê de Auditoria e Controle
--	--	---

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

Eduardo Navarro de Carvalho Presidente do Conselho de Administração	José María Del Rey Osorio Conselheiro de Administração	Christian Maud Gebara Conselheiro de Administração
Julio Esteban Linares Lopez Conselheiro de Administração	Juan Carlos Ros Bruguera Conselheiro de Administração	Sonia Julia Sulzbeck Villalobos Conselheira de Administração
Ana Theresa Masetti Borsari Conselheira de Administração	Luiz Fernando Furlan Conselheiro de Administração	Claudia Maria Costin Conselheira de Administração
Antonio Carlos Valente da Silva Conselheiro de Administração	Francisco Javier de Paz Mancho Conselheiro de Administração	Narcis Serra Serra Conselheiro de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para contingências tributárias e regulatórias De acordo com as Notas 8 (g) e 20 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributária e regulatória, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas tinham assuntos em discussão em diversas esferas, nos montantes de R\$ 50.572.084 mil e de R\$ 6.531.609 mil, respectivamente, dos quais R\$ 2.245.037 mil e R\$ 1.986.244 mil, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração a partir de posição de seus assessores jurídicos.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Atualização de nosso entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. (b) Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para entender e avaliar os controles internos relacionados a identificação e monitoramento dos tratamentos fiscais incertos e mensuração e reconhecimento da obrigação, quando aplicável. (c) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda. (d) Seleção, em base amostral, de processos tributários e regulatórios relevantes, para a avaliação de nossos especialistas quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa. (e) Reunião com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. (f) Leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Reconhecimento de receita
Conforme descrito na Nota 25 às demonstrações financeiras, a receita reconhecida pela Companhia e suas controladas foi de R\$ 44.032.613 mil em 31 de dezembro de 2021, decorrente de vários produtos vendidos e serviços de telecomunicações prestados.

O processo de reconhecimento de receita da Companhia é complexo, devido ao grande volume de transações e ampla gama de metodologias/serviços que podem ser vendidos/prestados de forma separada ou agregada, em condições comerciais distintas. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui grande número de aplicativos e sistemas.

Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período. Eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi mantida como área de foco em nossa auditoria.

Teste de impairment do ágio
Conforme descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível, ágio no valor de R\$ 22.868.268 mil em 31 de dezembro de 2021, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, decorrente de combinações de negócios ocorridas em anos anteriores. A administração realiza ao menos uma vez por ano o teste de recuperação do ágio associado com a única unidade geradora de caixa ("UGC") da Companhia que fornece todos os serviços de telecomunicações por meio de uma rede amplamente integrada.
A administração determinou o valor recuperável de sua única UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, tais como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade.
Este assunto foi novamente considerado como um dos principais assuntos de auditoria tendo em vista a relevância do saldo do ágio, bem como o fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(a) Atualização de nosso entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação ("TI"), execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras.
(b) Testes de transações de receitas de vendas de serviços e mercadorias, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação-suporte.
(c) Entendimento dos critérios adotados pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como recálculo da estimativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento.
(d) Leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.
Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio.
Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos, analisamos a razoabilidade do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções e das principais premissas utilizadas, como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado.
Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.
Efetuamos, também, análise de sensibilidade das principais premissas para avaliar situações em que as variações resultariam em eventual necessidade de registro de *impairment*.
Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia na avaliação do valor recuperável para fins do teste de *impairment* do ágio são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022



pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	Sérgio Eduardo Zamora Contador CRC 1SP168728/O-4
--	---

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 23/02/2022 15:44
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:16455544207f69d58d3c940e2840c5946d4054aa0